

CAPITALISMO GLOBAL E IMPÉRIO NORTE-AMERICANO

LEO PANITCH Y SAM GINDIN*

“O imperialismo americano... tornou-se plausível e atrativo em parte graças a sua alegação de que não é imperialista”

Harold Innis, 1948¹

O império norte-americano já não está mais oculto. Em março de 1999, a capa do *New York Times* exibia um grande punho fechado pintado com as estrelas e as listas da bandeira estadunidense sobre a frase: “Do que o mundo necessita hoje: para que a globalização funcione, os Estados Unidos (EUA) não podem temer atuar como a potência todo-poderosa que é”. É desta forma que foi imaginado o “Manifesto for a Fast World” de Thomas Friedman, que exigia que a América do Norte aceitasse seu papel de responsável pela ordem capitalista global: “a mão invisível do mercado nunca funcionará sem um punho invisível [...] O punho invisível que mantém o mundo seguro para as tecnologias de Silicon Valley chama-se exército dos EUA, força aérea, a armada e a infantaria da marinha”. Quatro anos mais tarde, em janeiro de 2003, quando já não havia mais necessidade de continuar fingindo que o punho estava oculto, o *Magazine* apresentou um ensaio de Michael Ignatieff intitulado “The Burden”: “que palavra a

* Gostaríamos de agradecer Greg Albo, Cenk Aygul, Patrick Bond, Dan Crow, Robert Cox, Bill Fletcher, Stephen Gill, Gerard Greenfield, Khashayar Khooshiyar, Martijn Konings, Colin Leys, Eric Newstadt, Chris Roberts, Donald Swartz e Alan Zuege por suas observações sobre a versão preliminar deste ensaio. Uma grande quantidade de seus comentários foi incorporada; os outros deixamos para o livro que pretendemos publicar sobre este tema.

não ser ‘império’ descreve melhor a coisa imponente em que a América do Norte está se convertendo? [...] Ser um poder imperial [...] significa fortalecer esta ordem mundial e fazê-lo em função do interesse norte-americano”². A frase “O Império Americano (Acostume-se a ele)” ocupou toda a capa do *Magazine*.

Evidentemente, os estrategistas geopolíticos do estado norte-americano já estavam orientados nesse sentido. Entre aqueles mais próximos da ala do Partido Democrata do estado, Zbigniew Brzezinski não poupou palavras em seu livro “*The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostategic Imperatives*, de 1997, ao afirmar que “os três grandes imperativos orientadores da estratégia geopolítica norte-americana são impedir a colisão e preservar a dependência dos vassalos mais poderosos em questões de segurança, manter a submissão e a obediência das nações tributárias e prevenir a unificação dos bárbaros”³. No mesmo ano, os intelectuais republicanos, os quais casualmente escreveriam a Estratégia de Segurança Nacional para a Casa Branca de Bush, fundaram o Projeto para um Novo Século Americano com o objetivo de converter a expansão imperial no princípio orientador explícito da política estadunidense⁴.

A maior parte do que hoje geralmente se considera uma análise séria da justificativa do uso do termo “império” com relação aos EUA de hoje é, na verdade, somente uma analogia, implícita ou explícita, com a Roma imperial. Diante disso, não é nem um pouco absurdo uma vez que a “Romanização”, como coloca um excelente livro sobre o Império Romano, poderia ser, de fato,

entendida como a assimilação da cultura e da visão de mundo política romanas por parte dos povos conquistados. Os conquistados se tornavam parceiros na condução do império. Tratava-se de um processo seletivo que se aplicava diretamente apenas ao nível mais alto das sociedades submetidas, mas afetava a todas as classes, com benefícios para algumas e conseqüências negativas para outras [...] A supremacia romana estava baseada na combinação magistral de violência e persuasão psicológica —os castigos mais duros para aqueles que a desafiavam, a percepção de que seu poder não conhecia limites e os prêmios eram concedidos apenas para aqueles que se conformavam⁵.

No entanto, uma analogia não é uma teoria. É surpreendente a falta de uma análise séria da economia política ou dos padrões históricos de determinação que expliquem o surgimento e reprodução do império norte-americano atual, e das dimensões estruturais da opressão e exploração pertencentes a ele. Esta serve como uma incisiva lembrança das razões que levaram o marxismo a assumir a dianteira na teorização do imperialismo durante a maior par-

te do século XX. Não obstante, como assinalou o destacado marxista hindu Prabhat Patniak em seu ensaio “Whatever happened to Imperialism?”, por volta de 1990 o tema também “tinha desaparecido virtualmente das páginas das revistas marxistas” e os próprios marxistas pareciam “aturdidos” cada vez que se mencionava o termo. Os custos disso foram severos para a esquerda. O conceito de imperialismo sempre foi especialmente importante tanto por suas qualidades emotivas e mobilizadoras como por seu caráter analítico. Na verdade, do ponto de vista de Patniak, ao invés de um “silêncio teórico autoconsciente”, o “próprio fato de que o imperialismo tenha se tornado tão apto para ‘administrar’ qualquer desafio potencial a sua hegemonia tornou-nos indiferentes frente à sua onipresença”⁶. Ainda assim, o silêncio da esquerda com relação ao imperialismo reflete também sérios problemas analíticos dentro da própria teoria marxista do imperialismo. De fato, isto estava óbvio no começo dos anos setenta —a última vez que o conceito de imperialismo teve grande circulação— ante as reclamações de que o tratamento marxista do imperialismo, “como um produto global indiferenciado de uma determinada etapa do capitalismo”, refletia sua carência de “dimensões históricas e sociológicas sérias”⁷. Como assinalou Giovanni Arrighi em 1978, “por volta do final dos anos sessenta, o que alguma vez havia sido o *orgulho* do marxismo —a teoria do imperialismo— havia-se convertido em uma torre de Babel, na qual nem sequer os marxistas sabiam mais como encontrar seu caminho”⁸.

A confusão era evidente nos debates do início dos anos setenta a respeito da localização das contradições do capitalismo contemporâneo. Havia aqueles que se centravam quase exclusivamente no “Terceiro Mundo” e que viam sua resistência ao imperialismo como a única fonte de transformação⁹. Outros enfatizavam as contradições crescentes dentro do mundo capitalista desenvolvido, promovendo a visão de que a “hegemonia” norte-americana estava em declínio. Esta se converteu na perspectiva predominante e por volta de meados dos anos oitenta a noção de que “a erosão do poder econômico, político e militar dos EUA é inconfundível” converteu-se em um lugar comum¹⁰. Apesar de que somente uns poucos tenham retomado essa dimensão da teoria marxista da rivalidade interimperialista que sugeria a possibilidade de um confronto militar, todos esperavam uma era de intensa rivalidade econômica regional. Como assinalaram Glyn e Sutcliffe, a única coisa certa de prever era que sem um poder hegemônico “a economia mundial continuaria sem um líder claro”¹¹.

Havia, na realidade, não pouca ironia no fato de que tantos continuassem dando as costas ao que consideravam uma noção de imperialismo fora de moda, no preciso momento em que se criavam as condições para colocá-la novamente em voga no *New York Times*. Inclusive, depois da Guerra do Golfo de 1990-1991, a qual, nos termos de Bruce Cumings, “tinha o objetivo

fundamental de assegurar o controle norte-americano sobre [...] o petróleo do Oriente Médio”, fazia falta um “microscópio eletrônico para encontrar o uso do termo ‘imperialista’ como descrição do papel dos EUA no mundo”. A Guerra do Golfo, assinalava, “desenvolveu-se sobre a virtual eliminação de qualquer discurso crítico, que era incitado por meios de comunicação complacentes no marco de uma atmosfera que somente pode qualificar-se de totalitarismo liberal”¹². Como documentou amplamente o recente livro do conservador Andrew Bacevich, isto continuou durante os anos noventa, inclusive quando a Administração Clinton havia ido além de seus predecessores republicanos em aplicar o poder militar para sufocar a resistência à busca agressiva dos EUA de uma “ordem internacional aberta e integrada, baseada nos princípios do capitalismo democrático”. Citando Madeleine Albright, Secretária de Estado de Clinton, que dizia em 1998: “Se temos de usar a força é porque somos a América. Somos a nação indispensável”; e também Richard Hass, o Diretor de Planejamento de Políticas do Departamento de Estado da iniciante Administração Bush, quando em 2000 convocava os estadunidenses a redefinir o “papel global de seu estado de um estado-nação tradicional, para o de um poder imperial”, Bacevich argumentava que o ato de evitar continuamente o uso do termo imperialismo não poderia durar por muito mais tempo. No melhor dos casos, tratava-se de um “astigmatismo”; no pior, de “uma preferência constante para desviar o olhar das grandes ambições e interesses egoístas que subjazem a toda a política dos EUA”¹³.

Na virada do século, e mais claramente quando os autores do Projeto para um Novo Século Americano foram investidos de poder em Washington DC, o termo imperialista havia finalmente retornado, até mesmo à boca de muitos liberais. A popularidade do livro *Império* de Hardt & Negri já havia captado a nova conjuntura antes inclusive da segunda guerra no Iraque. Todavia, sua insistência (refletindo a noção muito difundida de que o poder de todos os estados-nação havia-se dissipado na era da globalização) em que “os EUA não constituem –e, na verdade, nenhum estado-nação pode hoje fazê-lo– o centro de um projeto imperialista”, estava em bizarra contradição com os tempos que correm¹⁴.

A esquerda necessita de uma nova teorização do imperialismo, que transcenda as limitações da antiga teoria marxista da rivalidade interimperialista “por etapas”, e permita uma apreciação mais completa dos fatores históricos que conduziram à formação de um singular império informal norte-americano. Isto requer compreender como o estado norte-americano desenvolveu a capacidade de incorporar eventualmente seus rivais capitalistas e vigiar e policiar a “globalização” –isto é, a difusão das relações sociais capitalistas a todos os recantos do mundo. A teoria deveria ser capaz de responder às questões de que tornou plausível a insistência do estado norte-americano

em declarar que não era imperialista, e de como isto foi institucionalizado e posto em prática; e, ao contrário, o que torna tudo isso inverossímil hoje e quais são as conseqüências que esta falta de ocultação poderia ter em termos de seu atrativo e sua capacidade para manejar o capitalismo global e manter seu império global.

REPENSAR O IMPERIALISMO

Há uma lógica estrutural do capitalismo que tende à sua expansão e internacionalização. Isto foi celebrenemente captado pela descrição de Marx no *Manifesto Comunista* de um futuro que se parece assombrosamente com nosso presente: “A necessidade de expansão constante de mercados para seus produtos persegue a burguesia pelo mundo inteiro. Necessita habitar todas as partes, estabelecer-se em todas as partes, criar vínculos em todas as partes [...] forja um mundo à sua imagem e semelhança.” Mas, ao se afirmar esta previsão de Marx, corre-se o risco de tratar o que chamamos hoje de globalização como um processo inevitável e irreversível. Devemos recordar que as palavras de Marx também pareciam aplicar-se à realidade do final do século XIX, quando, nos termos de Karl Polanyi, “apenas um louco poria em dúvida que o sistema econômico internacional constituía o eixo da existência material da raça humana”¹⁵. Ainda assim, como o próprio Polanyi assinalou, que longe de continuar ininterruptamente, já havia indicações de que o sistema econômico internacional da época estava nos primeiros estágios de dissolução, e logo entraria em colapso via duas horríveis guerras mundiais e a implosão da Grande Depressão.

A reconstrução da ordem mundial capitalista do pós-guerra foi uma resposta direta da parte dos estados capitalistas avançados ao fracasso prematuro da globalização. Mediante a infra-estrutura de Bretton Woods, que estabelecia uma nova ordem liberal de comércio, a lógica dinâmica da globalização capitalista foi desencadeada mais uma vez. Durante a breve “idade de ouro” do pós-guerra, a globalização capitalista foi reavivada –mediante a aceleração do comércio, do investimento estrangeiro direto e da crescente internacionalização financeira– e ainda reforçada com a resposta neoliberal à crise econômica dos anos setenta. O resultado desta crise demonstrou que os efeitos internacionais das crises estruturais de acumulação não são previsíveis *a priori*. Das três grandes crises estruturais do capitalismo, a primeira (pós década de 1870) acelerou a rivalidade interimperialista e conduziu à Primeira Guerra Mundial e à revolução comunista, enquanto que a segunda (a Grande Depressão) na verdade reverteu a trajetória internacionalista do capitalismo. Ainda assim, a crise do início dos setenta foi seguida por um aprofundamento, aceleração e extensão da globalização capitalista. E ainda

que esta tenha promovido a competição econômica inter-regional, não produziu nada parecido à antiga rivalidade interimperial.

O que esta trajetória errática desde o século XIX até o XXI sugere é que o processo de globalização não é nem inevitável (como se assumiu convencionalmente na etapa final do século XIX e como é assumido novamente hoje), nem impossível de sustentar (como Lênin e Polanyi, de modos distintos, sustentavam). O ponto é que devemos distinguir entre a tendência expansiva do capitalismo e sua história real. Uma ordem global capitalista sempre é uma construção social contingente: o desenvolvimento efetivo e a continuidade de tal ordem devem ser problematizados. Há uma tendência dentro de certas correntes do marxismo, como na maior parte das análises burguesas, de escrever teoria no tempo presente. Não devemos teorizar a história de maneira que a trajetória do capitalismo seja vista como uma derivação simples de leis econômicas abstratas. Pelo contrário, como Philip McMichael assinalou, é crucial aderir ao princípio metodológico marxista que insiste na necessidade de “*historicizar a teoria*, isto é, problematizar a globalização como uma relação imanente ao capitalismo, mas com relações materiais (sociais, políticas e ambientais) bastante distintas no tempo e no espaço [...] A globalização não é simplesmente a exibição das tendências capitalistas, mas um projeto histórico específico configurado, ou complicado, pelas relações contraditórias de episódios anteriores de globalização”¹⁶.

Sobretudo, a realização –ou frustração– das tendências globalizantes do capitalismo não pode ser compreendida independentemente do papel exercido pelos estados que historicamente constituíram o mundo capitalista. O surgimento do capitalismo é inconcebível sem o papel que os estados europeus exerceram ao estabelecerem os marcos legais e infra-estruturais para a propriedade, contrato, moeda, competição e trabalho assalariado dentro de suas próprias fronteiras ao mesmo tempo em que geravam um processo de desenvolvimento desigual (acompanhado pela construção da raça) no mundo moderno. Isto tinha ido tão longe na segunda metade do século XIX que, quando o capital se expandiu para além das fronteiras de determinados estados europeus, pôde fazê-lo dentro de novas ordens sociais capitalistas que haviam sido ou estavam sendo estabelecidas por outros estados, ou se expandiu dentro de um marco de um império formal ou informal. Mesmo assim, isto não foi suficiente para sustentar a tendência do capital de expandir-se globalmente. Nesse momento, não existia nenhum mecanismo adequado de regulação global capitalista, deixando fragmentados a economia internacional e seus padrões de acumulação, e alimentando, portanto, a rivalidade interimperial que conduziu à Primeira Guerra Mundial.

As teorias clássicas do imperialismo desenvolvidas nesse período, desde Hobson a Lênin, estavam fundadas em uma teorização das crises e das fases

econômicas do capitalismo. Este foi um erro fundamental que, desde então, tem impedido um entendimento adequado da questão¹⁷. As teorias clássicas eram defeituosas em sua leitura histórica do imperialismo, em seu tratamento da dinâmica de acumulação do capital e em sua tendência a elevar um momento conjuntural de rivalidade interimperial ao nível de uma lei imutável da globalização capitalista. Como argumentaremos mais adiante, uma versão capitalista distinta do imperialismo não surgiu subitamente da chamada fase monopolista ou financeira do capitalismo do final do século XIX. E mais ainda, a teoria da crise que se deriva da interpretação clássica deste período foi usada erroneamente para explicar as tendências expansionistas do capitalismo. Se os capitalistas se voltaram para a exportação de capitais e para o comércio em mercados estrangeiros, não foi tanto devido ao fato de a centralização e concentração do capital terem anunciado uma nova etapa marcada pela queda da taxa de lucro, pela sobreacumulação e/ou pelo subconsumo. Pelo contrário, dado o processo que anteriormente havia permitido às unidades individuais de capital sair de suas locações originais em determinados povoamentos ou cidades, foi mais a aceleração das pressões competitivas e das oportunidades, acompanhada pelas estratégias e pelas capacidades emergentes dos capitalismos em desenvolvimento, o que deu impulso, e facilitou, o expansionismo internacional do final do século XIX e início do XX.

As teorias clássicas do imperialismo fracassaram também em apreender adequadamente as dimensões espaciais desta internacionalização. Acentuaram excessivamente a exportação de bens e capitais para o que chamamos hoje de “Terceiro Mundo” que, devido a seu subdesenvolvimento, tinha uma capacidade limitada para absorver tais fluxos. Daí que estas teorias falharam em compreender dois elementos-chave do desenvolvimento dos próprios países capitalistas avançados. Ao invés do esgotamento das possibilidades de consumo dentro dos países capitalistas avançados – a premissa baseada no que o panfleto de Lênin, *Imperialismo*, denominara como “o nível de semi-inanição das massas” – as classes operárias ocidentais iam adquirindo níveis cada vez mais altos de consumo público e privado¹⁸. A desigualdade da competição em marcha e do desenvolvimento tecnológico estava introduzindo novas perspectivas para a acumulação interna, em vez da concentração de capital nesses países, que limitaria a introdução de novos produtos a tal ponto que “o capital não poderia encontrar uma área de investimento rentável”¹⁹. Havia um aprofundamento do capital no nível interno e não apenas uma expansão do capital para o exterior.

Longe de ser a fase superior do capitalismo, o que estes teóricos estavam observando (e é hoje óbvio para nós) era uma fase relativamente *precoce* do capitalismo. Não somente em termos de padrões de consumo, fluxos

financeiros e de competição, mas também com relação ao grau limitado de investimento estrangeiro direto da época e com os meios muito rudimentares que haviam sido desenvolvidos para manejar as contradições associadas à internacionalização do capitalismo.

De todo modo, o aspecto mais defeituoso destas teorias era sua visão reducionista e instrumentalista do estado²⁰. O imperialismo não é redutível a uma explicação econômica, mesmo quando as forças econômicas constituem um aspecto fundamental do mesmo. Neste sentido, é necessário manter o imperialismo e o capitalismo como conceitos distintos. A competição entre capitalistas na arena internacional, o intercâmbio e o desenvolvimento desiguais todos são aspectos próprios do capitalismo e sua relação com o imperialismo somente pode ser entendida mediante uma teorização do estado. Quando os estados preparam o terreno para a expansão de seus capitais nacionais para o exterior, inclusive se a dirigem, isto só pode ser entendido nos termos de seu papel relativamente autônomo de manter a ordem social e assegurar as condições de acumulação do capital. Portanto, qualquer explicação sobre o imperialismo deve incluir uma análise das capacidades administrativas do estado, como também de suas determinações de classe, culturais e militares.

O imperialismo capitalista, portanto, precisa ser compreendido mediante uma extensão da teoria do estado capitalista e não como uma derivação direta da teoria econômica das fases ou da crise. E tal teoria necessita compreender não apenas a rivalidade interimperial, e a supremacia conjuntural de um estado imperial determinado, mas também a penetração estrutural dos antigos rivais por parte de um estado imperial em particular. Isto quer dizer que é necessário historiar a teoria, começando por romper com a noção convencional de que a natureza do imperialismo moderno está determinada de uma vez e para sempre pelo tipo de rivalidades econômicas próprias da fase de concentração industrial e financiamento associada ao “capital monopolista” da virada do século.

De fato, a transição do antigo imperialismo pode ser situada na articulação do antigo império formal mercantilista do estado britânico com o império informal que se expandiu na metade do século XIX durante a era do “livre comércio”. O problema é que tanto a teoria do imperialismo de Schumpeter, que fazia referência ao papel atávico das classes pré-capitalistas guerreiras e exploradoras dentro do capitalismo, como as concepções de Kaustky e Lênin, que supunham que o capital industrial britânico de meados do século XIX e suas políticas de livre mercado representavam um capitalismo “puro” antiético ou ao menos “indiferente” à expansão imperial²¹, derivam-se de uma interpretação demasiado crua da separação entre o político e o econômico dentro do capitalismo. Isto se encontra na raiz da noção segundo a qual a substituição de uma era de livre competição pela

do capital financeiro poria fim a tal separação, conduzindo assim à expansão imperialista, à rivalidade e à guerra entre os estados capitalistas avançados.

Do mesmo modo que as discussões contemporâneas sobre a globalização no contexto de políticas de “livre-mercado” neoliberais, a interpretação marxista clássica da era de livre comércio do século XIX seguida por uma era de rivalidade interimperial opunha confusamente “estado” a “mercado”. Em ambos os casos há uma grande dificuldade na hora de apreciar o papel crucial que desempenha o estado em tornar possível o “livre mercado” e fazê-lo funcionar. Assim como o surgimento do *laissez-faire* dentro do capitalismo industrial de meados do século XIX supunha um estado fortemente ativo para realizar a separação formal entre política e economia, e para definir e controlar as relações sociais domésticas de uma ordem plenamente capitalista, a política externa do livre mercado supunha uma extensão do papel imperial em todas estas dimensões por parte do primeiro estado que “havia criado uma forma de imperialismo impulsionada pela lógica do capitalismo”²².

Como demonstraram Gallagher e Robinson cinquenta anos atrás em seu fecundo ensaio intitulado “The Imperialism of Free Trade”, a noção convencional (compartilhada por Kautsky, Lênin e Schumpeter), segundo a qual o livre comércio britânico e o imperialismo não estavam intercalados, foi refutada por inumeráveis ocupações e anexações, pela incorporação de novas colônias e especialmente pela importância que teve a Índia para o Império entre 1840 e 1870. Estava em contradição ainda mais pela imensa expansão –por razões econômicas e estratégicas– do império “informal” britânico via investimentos estrangeiros, comércio bilateral, tratados de “amizade” e diplomacia dos canhões. Deste modo, “em meados da era vitoriana, as técnicas mercantilistas do império formal eram empregadas ao mesmo tempo em que as técnicas informais do livre comércio na América Latina. É por esta razão que será em vão qualquer tentativa de se fazer corresponder as fases do imperialismo diretamente com as fases do crescimento econômico das economias metropolitanas”²³. Gallagher e Robinson definiram o imperialismo em termos de uma *função política variável* “que integra novas regiões dentro da economia em expansão; seu caráter define-se majoritariamente pelas relações variadas e mutáveis entre os elementos políticos e econômicos de expansão em cada região e tempo particulares”.

Em outras palavras, é tanto a política como a economia do império informal o que temos que levar em consideração [...] O tipo de vínculo político entre a economia em expansão e suas dependências formais e informais [...] tem tendido a variar de acordo com o valor econômico do território, a força de sua estrutura política, a predisposição de seus governantes em colaborar com

os propósitos estratégicos e comerciais britânicos, a capacidade da sociedade nativa para efetuar as mudanças econômicas sem controle externo, o grau em que as situações políticas doméstica e externa permitiram a intervenção britânica e, por último, até que ponto os rivais europeus deixavam o caminho livre para a política britânica²⁴.

Isto não quer dizer que não haja diferenças importantes entre o império formal e o informal. O império informal requer que a penetração econômica e cultural de outros estados seja sustentada pela coordenação política e militar com outros governos independentes. O principal fator que determinou a mudança da extensão dos impérios formais logo após 1880 não foi a insuficiência de relações britânicas com seu próprio império informal, nem o surgimento da fase monopolista ou “financeira” do capital, mas, sobretudo, a *incapacidade britânica para incorporar as novas potências capitalistas como a Alemanha, os EUA e o Japão dentro do “imperialismo de livre comércio”*. Foram vários os fatores que determinaram esta situação, incluindo: as forças sociais pré-capitalistas que, de fato, persistiam em alguns destes países; sentimentos nacionalistas que acompanharam o desenvolvimento dos estados-nação capitalistas; as respostas estratégicas tanto às lutas de classe domésticas como às rivalidades geopolíticas e militares; e, em especial, à capacidade limitada do estado britânico —que por sua vez refletia a crescente separação entre o capital industrial britânico e o capital financeiro— para evitar que estes outros estados revertissem as conseqüências do desenvolvimento desigual. O que se seguiu foi uma corrida pela conquista de colônias e a crescente organização da competição comercial mediante medidas protecionistas (as taxas constituíam a base tributária fundamental desses estados, assim como também instrumentos de proteção para as nascentes burguesias industriais e classes operárias). Neste contexto, os aparatos institucionais internacionais da diplomacia e das alianças, a supremacia da marinha britânica e o padrão-ouro foram muito frágeis para garantir um tratamento equitativo entre o capital estrangeiro e o capital nacional no interior de cada estado (um pré-requisito chave para a globalização), para não falar da mediação dos conflitos e do manejo das contradições associadas ao desenvolvimento do capitalismo global do final do século XIX.

Até 1914, Kautsky, não menos que Lênin, havia aceitado, seguindo o livro de Hilferding *Finance Capital*, que a forma “violenta e brutal” de competição imperialista era “um produto do alto nível de desenvolvimento do capitalismo industrial”²⁵. No entanto, Kautsky tinha razão ao perceber que mesmo quando a rivalidade interimperialista havia conduzido a uma guerra entre as principais potências capitalistas, esta não era um aspecto inevitável da globalização capitalista. O que tanto irritava Lênin nesta lei-

tura excessivamente politizada da teoria do imperialismo era que Kautsky pensava que “havendo aprendido a lição da guerra mundial”, as principais classes capitalistas dominantes podiam eventualmente reavivar a globalização capitalista através de uma colaboração “ultra-imperialista” em vista da força crescente de um proletariado industrial que, não obstante, não contava ainda com as capacidades para efetuar uma transformação socialista. Mas o próprio Kautsky caiu no reducionismo ao conceber sua noção de ultra-imperialismo, como ele mesmo repetiu várias vezes, de “um ponto de vista puramente econômico”, em vez de fazê-lo a partir de uma teoria séria do estado. Ainda mais, se Kautsky tivesse posto mais ênfase em sua percepção anterior (de 1911) segundo a qual os “EUA são o país que nos mostra nosso futuro social no capitalismo” e em vez de antecipar uma aliança eqüitativa entre os países avançados tivesse reconhecido a capacidade do novo império informal emergente dos EUA de penetrar e coordenar eventualmente tais países, se tivesse estado muito mais próximo do que, na verdade, aconteceu logo após 1945. Contudo, o que dificilmente poderia ter sido então antecipado foram os desenvolvimentos, tanto no interior da formação social norte-americana como no papel do estado no plano internacional, que permitiram aos governantes estadunidenses pensar tão confiantemente que “somente os EUA tinham o poder de apropriar-se da história e acomodá-la a seus interesses”²⁶.

A REPÚBLICA NORTE-AMERICANA: “IMPÉRIO EXTENSIVO E AUTOGOVERNO”

O lugar central que os EUA ocupam atualmente dentro do capitalismo global deve-se a uma convergência específica entre estrutura e história. Em termos abstratos, podemos identificar determinadas instituições como o reflexo do poder estrutural do capitalismo. Mas o que impede que tais instituições surjam ou abram caminho para que se desenvolvam é uma questão de conjunturas históricas. A etapa crucial na reconstrução do capitalismo global — logo após os fracassos iniciais e antes da reconstituição do último quarto do século vinte — ocorreu durante e depois da Segunda Guerra Mundial. Foi apenas depois dos desastres da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial (e graças à resposta de um estado que aprendeu a lição) que a globalização obteve nova vida. Isto dependeu, no entanto, do surgimento e da evolução histórica desigual de um conjunto de estruturas desenvolvidas sob a liderança de um *agente* único: o estado imperial norte-americano.

O papel que os EUA vieram a exercer dentro do capitalismo mundial não foi inevitável, mas tampouco foi puramente acidental: não foi uma questão de teleologia, mas de história capitalista. A capacidade que estes desen-

volveram para “conjugar” seu “poder *particular* com uma tarefa *geral* de coordenação” de forma tal que refletissem, como expressou recentemente Perry Anderson, “a matriz particular de sua própria história social”, está baseada “no poder de atração dos modelos de produção e cultura norte-americanos [...] crescentemente unificados na esfera de consumo”. Aqui convergem, por um lado, a invenção norte-americana da moderna corporação, o *management* científico do processo de trabalho e da linha de montagem de produção em massa; e, pelo outro, “os esquemas narrativos e visuais” ao estilo de Hollywood atraindo e congregando massas de imigrantes por meio “da simplificação e da repetição dramática”²⁷. O dinamismo do capitalismo estadunidense e seu atrativo mundial combinado com a linguagem universalista de sua ideologia democrático-liberal falam-nos de uma capacidade para gerenciar um império informal que vai muito mais além da que possuía a Grã-Bretanha no século XIX. Ainda mais, graças à expansão da corporação multinacional, com investimento estrangeiro direto na produção e serviços, o império informal ia demonstrar uma capacidade de penetração muito maior que outras formações sociais precedentes.

Todavia, não foi apenas a formação econômica e cultural do capitalismo norte-americano o que facilitou a expansão deste novo império informal, mas também a formação do estado norte-americano. Contra a percepção de Anderson, segundo a qual as estruturas do estado norte-americano carecem do “poder de atração” de suas estruturas econômicas e culturais (por estarem “ancoradas nos arranjos constitucionais do século XVIII”)²⁸, levantam-se as afirmações de Thomas Jefferson em 1809 quando dizia que “nunca antes uma constituição havia sido tão bem calculada para um império extensivo e autogoverno”²⁹. Hardt e Negri tinham razão em rastrear a pré-configuração do que hoje chamam “Império” na noção de “poder em rede” (*network power*) de Madison incorporada à constituição norte-americana³⁰. Esta supunha que não apenas os freios e contrapesos dentro do aparelho de estado, mas também uma maior pluralidade de interesses incorporados dentro de um estado expansivo e estendido, garantiriam que as massas não tivessem nem o motivo nem a capacidade para unir-se e controlar a classe dominante³¹. No entanto, longe de antecipar o tipo de poder descentralizado e amorfo que Hardt e Negri crêem que caracterizou os EUA historicamente (o que para eles caracteriza hoje o “Império”), o marco constitucional do novo estado norte-americano deu grandes poderes ao governo central para expandir o comércio e fazer a guerra. O que em 1783 George Washington caracterizava ambiciosamente como um “império em ascensão”³² foi bem captado pela imagem do Paper XI d’O *Federalista* de “um grande sistema americano superior ao controle de toda força ou influência transatlântica e capaz de impor as condições da relação entre o velho e o novo mundo!”³³.

A noção de império aqui utilizada foi concebida, obviamente, em relação aos outros impérios mercantis do século XVIII. Contudo, o estado que surgiu a partir das ambições da “elite colonial expansionista”³⁴ formada por comerciantes do Norte (com o apoio dos artesãos e dos agricultores comerciais) e pelos donos das plantações do Sul em aliança contra o império formal mercantil da Grã-Bretanha, evidenciou, desde suas origens, uma tendência no sentido do desenvolvimento capitalista e do império informal. Em sua forma inicial, caracterizou-se pela expansão territorial para o Oeste, principalmente mediante o extermínio da população nativa, e da exploração descarada e agressiva não apenas da população de escravos negros, mas também dos agricultores de subsistência endividados e, ao menos de 1820 em diante, de uma classe operária industrial emergente. Apesar disso, o novo estado norte-americano concebia-se como uma encarnação dos princípios da liberdade republicana, e aspirava ser amplamente admirado por isso, devido fundamentalmente ao vínculo entre “império extensivo e autogoverno” que sua constituição federal articulava. Nos termos de Bernard DeVoto, “o império americano não seria mercantilista, mas algo totalmente novo: o Oeste não seria formado por colônias, mas por estados”³⁵.

E os “direitos estatais” destes estados não eram uma miragem: refletiam os dois diferentes tipos de relações sociais –escravos e livres– que formavam cada onda sucessiva de estados e que até 1830 limitavam o papel ativo do estado federal. Logo após as lutas domésticas entre os estados que eventualmente conduziram à guerra civil, a derrota da “plantocracia” e a abolição da escravidão, a constituição federal ofereceu um marco para a dominação sem peias de um capitalismo industrial com o maior mercado interno do mundo, eliminando qualquer tentação de estabelecimento de um império formal via conquista territorial externa³⁶. O desenlace da guerra civil permitiu recompor a relação entre o capital industrial, o financeiro e o estado federal, orientando assim as capacidades administrativas do estado e suas políticas para a reprodução capitalista ampliada e não para o mercantilismo³⁷. Aqui podemos apreciar a importância que o próprio Anderson adjudicava à cambiante forma jurídica do estado norte-americano, pela qual “os direitos ilimitados de propriedade, o litígio sem peias e a invenção da corporação” conduziram ao que Polanyi mais temia:

um sistema jurídico que liberava o mercado das ataduras do costume, da tradição ou da solidariedade o tanto quanto fosse possível. A libertação de todos esses entraves tinha que demonstrar –tanto no caso das empresas como dos filmes norte-americanos– ser exportável e reproduzível ao redor do mundo, de um modo que nenhum outro competidor poderia igualar. A firme transformação internacional do direito mercantil e da

arbitragem em conformidade com os padrões norte-americanos é o testemunho do processo³⁸.

As tendências expansionistas do capitalismo norte-americano na segunda metade do século XIX (refletindo as pressões tanto dos agricultores comercializados como dos industriais e financistas da era posterior à guerra civil) eram ainda mais propensas a adotar formas informais de imperialismo que o capitalismo britânico, inclusive apesar de não estarem sujeitas a uma política de livre comércio. No princípio, as modalidades foram similares e começaram muito antes da guerra hispano-americana de 1898, a qual é habitualmente considerada como o ponto de partida da expansão imperial dos EUA. Isto foi documentado amplamente em um artigo descaradamente intitulado “Indicadores do Império Informal”, preparado pelo Centro de Análises Navais da América do Norte: entre 1869 e 1897, a marinha norte-americana tocou nada menos que 5980 portos para proteger os envios comerciais dos EUA para a Argentina, Brasil, Chile, Nicarágua, Panamá, Colômbia e demais lugares da América Latina³⁹. Ainda assim, o estabelecimento de colônias em Porto Rico e nas Filipinas e a anexação do Havaí “foi um desvio [...] com relação às formas típicas de dominação econômicas, políticas e ideológicas já características do imperialismo norte-americano”⁴⁰. Pelo contrário, foi mais através do investimento estrangeiro direto e da forma corporativa moderna —exemplificada pela Singer Company estabelecendo-se como a primeira corporação multinacional a superar a barreira tarifária canadense para estabelecer uma sucursal com o intuito de produzir máquinas de costura para os prósperos plantadores de trigo de Ontário— que o imperialismo norte-americano informal logo assumiu uma forma claramente distinta da do britânico⁴¹.

A articulação do novo império informal norte-americano com intenções militares foi expressa por Theodore Roosevelt em 1904, em termos do exercício de “um poder de polícia internacional”, na ausência de outros mecanismos internacionais de controle, com o propósito de estabelecer regimes que saibam “como atuar com razoável eficiência e decência em assuntos políticos e sociais” e garantir que cada um destes regimes “mantenha a ordem e pague suas obrigações”: “Uma nação desejosa tanto de garantir o respeito para si mesma como de fazer o bem para as demais [declarou Teddy Roosevelt em uma linguagem que hoje nos é familiar outra vez] deve ter a força adequada para realizar a tarefa que sente que lhe foi encarregada como parte de seu dever com o mundo... Um grande povo livre tem o dever frente a si mesmo e a toda a humanidade de não cair na impotência diante dos poderes do mal”⁴².

O gênio norte-americano de apresentar seu império informal no marco dos direitos universais alcançou seu apogeu com Woodrow Wilson. A hipocrisia também alcançou seu apogeu, especialmente na Conferência de Paz de Paris, onde Keynes concluiu que Wilson era “a maior fraude do mundo”⁴³. De fato, não foram apenas as tendências isolacionistas do Congresso norte-americano, mas também a incapacidade dos aparatos presidenciais, militares e do Tesouro estadunidenses, o que em boa medida explicou o fracasso dos EUA em chamar a si a responsabilidade da reconstrução européia após a Primeira Guerra Mundial. A expansão administrativa e reguladora do estado norte-americano sob o impacto do liberalismo corporativo na era progressista⁴⁴ e a difusão do investimento direto durante os anos vinte (exemplificada pela aquisição da Opel por parte da General Motors justo antes da Grande Depressão, completando assim a “divisão virtual” da indústria automotora alemã entre GM e Ford)⁴⁵ foram desenvolvimentos muito significativos. No entanto, foi logo com o *New Deal* que o estado norte-americano começou a desenvolver as capacidades modernas de planejamento que, uma vez exercidas na Segunda Guerra Mundial, transformariam e estenderiam amplamente o imperialismo informal norte-americano⁴⁶.

No marco das extraordinárias lutas de classe da era da depressão, estas capacidades estavam limitadas “pela fragmentação política, a qual se expressava fundamentalmente no conflito executivo-legislativo combinada com fortes tensões entre empresários e governo”⁴⁷. Não obstante, a entrada dos EUA na Segunda Guerra Mundial não apenas resolveu “o *impasse* da construção estatal (*state building*) do final dos anos trinta”, bem como também proporcionou “as vigas fundamentais para a *governança* do pós-guerra dos EUA”. Como assinala Brian Waddell em seu notável estudo da transição da construção estatal da Depressão para a Segunda Guerra Mundial:

Os requisitos de uma guerra total ressuscitaram as influências políticas das corporações permitindo aos gerentes das grandes empresas dentro e fora do estado exercer uma ampla influência sobre as políticas de mobilização em tempos de guerra [...] Os executivos determinados das corporações e os oficiais militares formaram uma aliança muito efetiva nesses momentos que não somente bloqueou qualquer crescimento da autoridade do *New Deal*, mas que também organizou uma poderosa alternativa ao mesmo. O ativismo internacional deslocou e suplantou o ativismo doméstico do *New Deal*.

Foi este, então, o cenário finalmente montado para um império informal norte-americano, muito mais estendido e poderoso, lançado para além de seu próprio hemisfério.

A RECONSTRUÇÃO NORTE-AMERICANA DE UMA ORDEM MUNDIAL CAPITALISTA

A transição “das capacidades do estado norte-americano para a obtenção de metas intervencionistas internacionais *versus* o intervencionismo doméstico”⁴⁸ foi crucial para o renascimento das tendências globalizantes do capitalismo logo após a Segunda Guerra Mundial. Isto não apenas ocorreu através da reconstrução do estado norte-americano em tempos de guerra, como também da reconstrução mais radical de pós-guerra de todos os estados que constituíam o núcleo da rivalidade interimperialista. Por sua vez, este processo conduziu à proliferação de novos estados fora dos antigos impérios coloniais. Entre as várias dimensões deste novo vínculo entre o capitalismo e o imperialismo, a mais importante era que *as redes e entrelaçamentos institucionais imperiais mais densos que anteriormente articulavam as relações Norte-Sul entre os estados imperiais e suas colônias formais ou informais agora estruturavam os vínculos entre os EUA e os principais estados capitalistas.*

O que o império informal da Grã-Bretanha havia sido incapaz de manejar (na verdade, inclusive de contemplar) no século XIX era obtido agora pelo império informal norte-americano, que de maneira bem-sucedida conseguia integrar todas as outras potências capitalistas dentro de um sistema efetivo de coordenação sob sua égide. Independentemente das ocupações militares dos EUA, a devastação das economias européia e japonesa e a débil legitimidade política de suas classes dominantes até o fim da guerra criaram uma oportunidade única e sem precedentes que o estado norte-americano estava agora pronto para aproveitar... e desejoso de assim o fazer. Mais ainda, nestas condições, a expansão do império informal norte-americano logo após a Segunda Guerra Mundial não foi tanto uma imposição unilateral (ou meramente coercitiva), mas majoritariamente um “imperialismo por convite”⁴⁹.

Por mais importante que tenha sido o desenvolvimento dos aparatos estatais de segurança nacional e de planejamento geoestratégico que marcou a divisão do mundo com a União Soviética em Yalta⁵⁰, não menos importante foi a estreita atenção que, durante a guerra, os Departamentos de Estado e do Tesouro prestaram aos planos destinados a relançar um regime coordenado e liberal de comércio e uma ordem financeira regulada. Isto foi possível graças à manipulação da condição de devedor dos principais aliados dos EUA, favorecidos pelo absoluto domínio do dólar como moeda de troca internacional, e ao fato de 50% da produção mundial estar naquele momento em mãos da economia norte-americana. O estado norte-americano havia aprendido bem a lição de sua incapacidade posterior à Primeira Guerra Mundial de combinar a retórica internacionalista liberal com o compromisso institu-

cional de manejar a ordem capitalista internacional. Mediante o intrincado planejamento conjunto dos tesouros norte-americano e britânico durante a guerra⁵¹ –isto é, mediante o processo que conduziu a Bretton Woods– os estadunidenses não apenas se asseguraram de que os britânicos “aceitassem alguma obrigação de modificar sua política doméstica em vista de seus efeitos internacionais sobre a estabilidade”, mas também de que se liquidasse o império britânico “atirando a Grã-Bretanha nos braços dos EUA como um suplicante, e, portanto, um subordinado; uma subordinação mascarada pela ilusão de ‘uma relação especial’ que dura até hoje”⁵².

Todavia, de nenhuma maneira os dólares norte-americanos foram o único fator decisivo, nem a Grã-Bretanha o único objetivo do novo império informal norte-americano. Um panfleto publicado na revista *Fortune*, em maio de 1942, intitulado “EUA em um Novo Mundo: Relações com a Grã-Bretanha”, propunha um programa para “a integração dos sistemas econômicos britânico e americano como o fundamento para uma integração de pós-guerra mais ampla”:

se uma ordem mundial há de surgir desta guerra, não é realista pensar que vá sair pronta e direto de uma conferência de cinquenta países sustentada numa data determinada com o fim de redigir uma Constituição Mundial. É mais provável que seja um porvir gradual dos procedimentos de tempos de guerra atualmente em desenvolvimento [...] Se os EUA rechaçam um imperialismo de “lobo solitário” e encaram o fato de que nem uma Liga das Nações nem outro parlamento internacional podem estabelecer-se em um futuro próximo... [isto] não impede que os EUA se aproximem da Grã-Bretanha com uma proposta de integração econômica como primeiro passo no sentido de um mecanismo de reconstrução geral. A menos que cheguemos a um acordo com a Grã-Bretanha e seus Domínios sobre estas questões, seria utópico pensar em um acordo mais amplo entre todas as Nações Unidas⁵³.

Este panfleto estava acompanhado por uma extensa declaração coletiva⁵⁴ dos editores das revistas *Fortune*, *Time* e *Life* que começava com a premissa de que “A América vai surgir como a potência mais poderosa do mundo do pós-guerra e, portanto, depende dela decidir que tipo de ordem de pós-guerra quer”. Neste contexto, e depois das tensões do New Deal, invocavam “a confiança mútua entre empresários e o governo” a fim de que este pudesse exercer suas responsabilidades tanto “para usar a política fiscal como instrumento equilibrador, como seus poderes legislativos e administrativos para promover e fortalecer a empresa privada, removendo os obstáculos à sua expansão natural...”. Isto produziria “um contexto expansionista no qual tarifas, subsídios, monopólios, legislações trabalhistas,

feudalismo ‘plantacionista’, impostos, atraso tecnológico, leis impositivas obsoletas e todo tipo de barreiras à expansão possam ser removidos”. Ainda que reconhecessem que “a ascensão do proletariado internacional”...fosse “...o fato mais importante dos últimos vinte anos...”, também entendiam que isto “significava que o livre comércio internacional irrestrito, que Cobden pregava e a Grã-Bretanha praticava, já não era uma possibilidade política imediata”. No entanto, o livre comércio entre os EUA e a Grã-Bretanha podia ser “o empurrão que ambas as economias necessitavam” e sobre esta base “propagar-se-ia gradualmente a área de liberdade, dos domínios britânicos até a América Latina e talvez algum dia até o resto do mundo. O livre comércio universal, e não um exacerbado nacionalismo, é o objetivo *último* de um mundo racional”. E em termos muito diretos, os editores chamaram-no de novo imperialismo:

Portanto, um novo “imperialismo” americano, se há de chamá-lo assim, será –ou poderá ser– muito distinto do britânico. Pode também ser diferente com relação ao tipo americano prematuro que seguiu nossa expansão na guerra com a Espanha. O imperialismo americano pode completar a tarefa que os britânicos começaram; e em lugar de vendedores e plantadores, seus representantes podem ser cérebros e tratores, técnicos e máquinas, ferramentas. O imperialismo americano não precisa de extraterritorialidade, pode se sair melhor na Ásia se os *tuans* e os *sahibs** ficam em casa [...] os EUA tampouco têm medo de ajudar a reconstruir rivais industriais [...] porque sabemos que a industrialização não limita, mas sim estimula o comércio internacional... Este imperialismo americano parece sóbrio e grandiloqüente. De toda maneira, é uma política factível para a América, dado que não é comida, mas amizade o que mais necessitamos do resto do mundo.

Em nenhum lugar foi confirmada mais claramente esta imensa capacidade gerencial que o estado norte-americano havia desenvolvido para converter esta perspectiva em realidade que na conferência de Bretton Woods em 1944. A comissão responsável por criar o FMI foi dirigida, e atentamente controlada, por um homem do New Deal, Harry Dexter White, para o Tesouro norte-americano, e ainda que Keynes tenha dirigido a comissão que planejou o que logo seria o Banco Mundial e várias comissões sob seu comando não terem sido de responsabilidade de norte-americanos, todas “tinham secretários e relatores nomeados e atuando sob instruções

* N. da T.: ambas as expressões são utilizadas na Malásia e na Índia respectivamente para denominar ao Senhor/Cavalheiro.

de White”, que também criou “uma publicação da conferência que devia circular todos os dias a fim de informar a todos sobre as decisões mais importantes”. White tinha à sua disposição um exército de taquígrafos trabalhando dia e noite e os *boy scouts* atuando como acompanhantes e distribuindo os artigos – os quais estavam escritos em uma “linguagem legal que tornava tudo mais difícil de ser compreendido entre tanta variedade de idiomas incompreensíveis”. Este era o tipo de “manicômio controlado”* que o Tesouro norte-americano queria, a fim de “tornar mais fácil a imposição de um *fait accompli*”. Foi neste contexto que todas as delegações decidiram finalmente que “era melhor estar com o Tesouro norte-americano que com seus críticos mal-humorados, ‘já que estes [segundo as palavras de Keynes] não sabem o que querem nem possuem o poder necessário para implementar suas próprias promessas’”. A conferência culminou com a homenagem de Keynes a um processo no qual 44 países “estavam aprendendo a trabalhar juntos para que ‘a irmandade do homem se convertesse em algo mais que uma mera frase’. Os delegados aplaudiram vivamente enquanto se executava o hino dos EUA”**55.

Ao se radicarem as centrais do FMI e do Banco Mundial, por insistência dos EUA, em Washington DC, estabeleceu-se um padrão internacional de administração econômica entre todos os países capitalistas avançados que continua até nossos dias. Assim, cada vez que os ministros de finanças e/ou os bancos centrais europeus ou do Japão propõem, são o Tesouro norte-americano e a Reserva Federal que dispõem⁵⁶. Além deste entrelaçamento institucional, o vínculo entre estes estados e o império norte-americano se institucionalizou através da OTAN, sem mencionar as redes de inteligência que ligavam cada um dos estados capitalistas avançados aos aparatos de segurança norte-americanos como parte da estratégia de contenção do comunismo durante a Guerra Fria. Tudo isto interagiu com as redes econômicas assim como com as redes intelectuais, midiáticas e de propaganda para explicar, justificar e promover a nova realidade imperial.

Muitos daqueles que põem ênfase no vínculo entre o exército e os serviços de inteligência do estado norte-americano e nos aparatos coercitivos da Europa e Japão tendem a ver a chave explicativa deste processo na dinâmica da Guerra Fria⁵⁷. No entanto, analisando as políticas estadunidenses da perspectiva do colapso da URSS, Bacevich argumentou recentemente que:

* N. da T.: no original “controlled Bedlam”.

** N. da T.: no original “The Star Spangled Banner”.

Conceber a grande estratégia dos EUA desde 1940 até 1980 exclusivamente em termos de “contenção” –sem outro motivo que o de resistir à expansão do poder soviético– não é errôneo, mas sim incompleto [...] Uma concepção tão limitada da estratégia da Guerra Fria nos impede de compreender a política limitada atual norte-americana [...] Nenhuma estratégia que mereça se chamar assim é exclusivamente passiva ou defensiva em sua orientação [...] A grande estratégia dos EUA durante a Guerra Fria exigiu não apenas conter o comunismo, mas também tomar medidas ativas para abrir o mundo política, cultural e, sobretudo, economicamente –que é precisamente o que os governantes e formuladores de políticas disseram ter intenção de fazer⁵⁸.

Ao concentrar-se exclusivamente na política exterior e nos aparatos coercitivos e de inteligência, esta literatura não pode dar conta de até que ponto o “Sistema de Protetorado” norte-americano (para usar uma expressão de Peter Gowan) estava “alterando o caráter dos capitalismo centrais”. Porque isto implicou a “transformação interna das relações sociais dentro dos protetorados no sistema norte-americano de acumulação ‘fordista’, o qual abriu a possibilidade de estender seus *mercados internos* de modo tal que suas classes trabalhadoras passaram a ser não apenas a fonte de extração de mais-valia, mas também a base crescente do consumo para a *realização* da mais-valia”⁵⁹. Enquanto o novo império informal ainda deixava espaço para que os outros estados do centro capitalista atuassem como “entidades autônomas na organização da acumulação capitalista”, a imitação das formas de tecnologia norte-americanas e administração “fordista” (no princípio organizadas e canalizadas através dos “conselhos de produtividade” do pós-guerra) foram maciçamente reforçadas através do investimento estrangeiro direto estadunidense. Aqui também o centro das redes do império norte-americano se trasladou para os países capitalistas avançados de modo que, entre 1950 e 1970, a proporção total de investimento direto norte-americano na América Latina caiu de 40 para 20% enquanto a da Europa Ocidental se duplicou até igualar a participação de mais de 30% do Canadá⁶⁰. Não é, portanto, surpreendente que observadores externos tão agudos como Raymond Aron e Nicos Poulantzas vissem na Europa uma tendência para a “canadanização” como modelo de integração com o império norte-americano⁶¹.

Nada de tudo isso implicou, evidentemente, que a dimensão Norte-Sul do imperialismo tenha se tornado irrelevante. Significou, sim, que as relações dos outros países capitalistas centrais com o Terceiro Mundo, incluindo suas ex-colônias, foram imbricadas pelas regras do imperialismo informal norte-americano. Os países capitalistas centrais poderiam continuar se beneficiando da clivagem Norte-Sul, mas qualquer intervenção teria de

ser iniciada, ou ao menos aprovada, pelos EUA (como o demonstra Suez). Somente os EUA podiam, então, arrogar-se o direito de intervenção contra a soberania de outros estados (o que foi feito repetidas vezes ao redor do mundo) e somente o estado norte-americano reservaria para si próprio o direito “soberano” de rechaçar normas e leis internacionais quando fosse necessário. É neste sentido que apenas o estado norte-americano foi ativamente “imperialista”.

Considerando que as regras do império informal pareciam situar o “Terceiro Mundo” e os países capitalistas avançados no mesmo escalão político e econômico, tanto o legado do velho imperialismo como o grande desequilíbrio de recursos entre o Plano Marshall e a ajuda ao desenvolvimento do Terceiro Mundo tenderam a reproduzir e reforçar as desigualdades globais. Na era do pós-guerra, isso permitiu aos estados europeus desenvolver uma coerência econômica interna e mercados internos crescentes. Nos termos de Alan Milward, a integração econômica européia foi explicitamente promovida pelos EUA como um mecanismo europeu para “resgatar o estado-nação europeu”⁶². Contudo, isto contrastava com a aversão norte-americana pelas estratégias de industrialização por substituição de importações adotadas pelos estados do sul, para não mencionar a hostilidade dos EUA com relação ao tipo de planos de desenvolvimento de base econômica autocentrados que os países capitalistas avançados haviam utilizado antes de adotar a ordem liberal internacional. Ao contrário dos interesses geoestratégicos que predominaram nas guerras da Coreia e do Vietnã, o que determinou a participação dos EUA no derrocamento de numerosos governos do Irã ao Chile, foi sua oposição ao nacionalismo econômico. O resultado previsível –dadas as limitações da maioria dos mercados internos do Terceiro Mundo e as limitações de todos os estados do Terceiro Mundo competindo para entrar no mercado internacional– foi que as desigualdades globais aumentaram, mesmo quando alguns poucos estados do Terceiro Mundo, como Coreia do Sul, foram capazes de aproveitar o espaço geoestratégico que o novo império lhes concedeu para desenvolverem-se rapidamente e diminuir a lacuna.

Mesmo assim, em termos gerais, a nova modalidade informal de dominação imperial estava caracterizada, tanto nos países capitalistas avançados como no Terceiro Mundo, pela penetração de suas fronteiras mais que por sua dissolução. A nova ordem capitalista internacional estava agora organizada e regulada não mais por um império formal, senão por meio da reconstrução dos estados como elementos integrais do império informal norte-americano. Os estados-nação constituíam o veículo principal através do qual (a) as relações sociais e as instituições de classe, a propriedade, a moeda, os contratos e os mercados se estabeleciam e se reproduziam; e (b) a acumulação internacional

de capital se levava adiante. A grande expansão do investimento estrangeiro direto em todo o mundo implicou que, longe de abandonar o estado, o capital aumentou sua dependência de *muitos* estados. Ao mesmo tempo, como força social efetiva dentro de qualquer estado dado, o capital agora tendia a integrar o capital estrangeiro e o doméstico nas ambições e conexões internacionais. Sua interpenetração fez com que a noção de diferentes burguesias nacionais –sem mencionar o tipo de rivalidades entre elas que conduziu à Primeira Guerra Mundial– se tornasse crescentemente anacrônica.

Outra dimensão desta nova relação entre capitalismo e imperialismo era, por então, a *internacionalização do estado*, entendida como a aceitação por parte do estado de responsabilizar-se pelo manejo da ordem capitalista doméstica de modo tal que contribuísse ao manejo da ordem capitalista internacional⁶³. Para o estado imperial norte-americano, de todo modo, a internacionalização do estado tinha uma qualidade especial dado que permitia aos EUA definir e exercer seu interesse nacional não apenas em benefício de sua própria classe capitalista, mas fundamentalmente em benefício da extensão e reprodução do capitalismo global. Isto tinha a ver não apenas com a particularidade do estado e com a formação social estadunidense, mas também com a crescente inclinação em conceber o papel do estado norte-americano como fiador da sobrevivência da “livre iniciativa” dentro dos EUA através da promoção do livre comércio e da livre iniciativa no nível internacional. Assim o expressava o presidente Truman em seu famoso discurso contra o isolacionismo, em março de 1947, na Universidade de Baylor:

Agora, como em 1920, alcançamos um ponto de inflexão em nossa história. As economias nacionais foram desorganizadas pela guerra. Em todos os lados, o futuro é incerto. As políticas econômicas são muito cambiantes. Nesta atmosfera de dúvida e vacilação, o fator decisivo será o tipo de liderança que os EUA ofereçam ao mundo. Somos o gigante da economia mundial. Gostemos ou não, o futuro padrão de relações econômicas depende de nós [...] Nossas relações exteriores, políticas e econômicas são indivisíveis⁶⁴.

A internacionalização do estado norte-americano estava totalmente marcada pelo documento NSC-68 do Conselho de Segurança Nacional de 1950, o qual (ainda que tenha permanecido como *top secret* até 1975) foi definido por Kolko como “o mais importante de todos os documentos políticos do pós-guerra”. O mesmo articulava muito claramente o objetivo de construir um “ambiente mundial no qual o sistema norte-americano possa sobreviver e florescer... Mesmo se não existisse a União Soviética enfrentaríamos o grande problema... [de que] a ausência de uma ordem entre as nações é cada vez menos tolerável”⁶⁵.

A RECONSTRUÇÃO DO IMPÉRIO NORTE-AMERICANO NA ERA NEOLIBERAL

Este padrão de domínio imperial estabeleceu-se durante a reconstrução do pós-guerra, um período que considerando seu dinamismo econômico foi inerentemente transitório. A própria noção de “reconstrução” já postulava a pergunta do que iria ocorrer logo depois que as economias européias e a do Japão se reconstruíssem e se tornassem competitivas com relação à norte-americana e uma vez que as condições benignas dos anos do pós-guerra estivessem esgotadas⁶⁶. Ademais, as lutas operárias e camponesas e o crescente nacionalismo econômico no Terceiro Mundo, e a militância da classe operária em ascensão nos países capitalistas centrais, teriam um forte impacto tanto sobre a taxa de lucro do capital como sobre a ordem institucional do pós-guerra.

Em menos de uma geração, as contradições inerentes a Bretton Woods estavam à vista. Quando as moedas européias se tornaram totalmente conversíveis em 1958, praticamente todas as premissas de 1944 encontravam-se questionadas. O tipo de câmbio fixo estabelecido no tratado dependia dos controles do capital que a maioria dos países, com exceção dos EUA, mantinha depois da guerra⁶⁷. Não obstante, a própria internacionalização do comércio e do investimento estrangeiro direto que Bretton Woods promovera (junto a inovações domésticas e a competição em hipotecas, créditos, bancos de investimento e corretagem de ações, títulos e moedas que fortaleceram a capacidade do setor financeiro dentro dos EUA), contribuiu para restaurar um mercado financeiro global com a erosão correspondente dos controles de capital e a vulnerabilidade dos tipos de câmbio fixo⁶⁸.

Até o início dos anos setenta já se anunciavam sérios temores de um retorno ao colapso e fragmentação econômica internacional do período do entre-guerras na medida em que a economia norte-americana passava de credora a devedora, o dólar deixava de ser uma moeda escassa e abundava, e o padrão ouro-dólar no qual se enquadrava Bretton Woods começava a cambalear⁶⁹. Contudo, apesar de novas tensões entre os EUA, Europa e Japão, o passado não se repetiu. Pelo contrário, o domínio estadunidense, que nunca foi seriamente desafiado, pode se reorganizar sobre novas bases e o processo de integração internacional não retrocedeu, mas sim se intensificou. Esta reconstrução da ordem global, da mesma forma que nos desenvolvimentos anteriores do capitalismo global, não era inevitável. O que a tornou possível –ou seja, o que deu ao estado norte-americano o tempo e o espaço político para renovar suas ambições globais– foi que para o momento da crise dos anos setenta, a penetração ideológica e material dos EUA e sua integração com a Europa e o Japão eram suficientemente fortes para descartar qualquer

isolamento da economia internacional ou qualquer desafio sério à liderança do estado norte-americano.

Obviamente, os EUA haviam estabelecido a si próprios como o protetorado militar da Europa e do Japão, o que se manteve enquanto ambas as economias faziam sua entrada nos mercados estadunidenses. Todavia, o fator determinante para fortalecer os novos laços imperiais durante o pós-guerra foi o investimento estrangeiro direto como mecanismo principal da exportação de capital e integração internacional. As corporações norte-americanas, em particular, estavam se convertendo em redes de conexão transnacionais entre provedores, financistas e mercados de consumo (fortalecendo assim uma ordem comercial liberalizada como meio de assegurar redes internacionais de produção ainda mais estreitas). Inclusive quando a resposta inicial ao desenvolvimento deste tipo de investimentos estadunidenses havia sido hostil, em geral deu lugar à competição para atrair tais investimentos e, logo, à imitação dos efeitos de enfrentar “o desafio norte-americano” mediante contra-investimentos nos EUA.

Diversamente do comércio, o investimento estrangeiro direto norte-americano afetou diretamente as estruturas de classe e as formações estatais dos outros países capitalistas centrais⁷⁰. As tensões e alianças dentro das classes capitalistas locais já não podiam ser entendidas em termos puramente “nacionais”. As companhias automotoras alemãs, por exemplo, iam a reboque das norte-americanas na busca de mercados europeus e compartilhavam interesses mútuos dentro da Alemanha, como o preço do aço europeu. Tinham motivos para ser muito cautelosas com relação às políticas discriminatórias em favor de companhias européias, dado que podiam, como conseqüência, afetar seus interesses crescentes nos mercados e nos investimentos nos EUA. E se a instabilidade na América Latina ou outro “ponto problemático” ameaçava seus próprios investimentos internacionais, pediam ajuda principalmente aos EUA antes que a seus próprios estados para defendê-los.

Com o capital norte-americano atuando como uma força social dentro de cada estado europeu, o capital local tendeu a ser “desarticulado” e não mais representado por uma burguesia nacional coerente e independente⁷¹. A probabilidade de que o capital doméstico pudesse desafiar o domínio estadunidense – como algo oposto à mera busca de renegociar os termos da liderança norte-americana – diminuiu consideravelmente. Ainda que as economias da Europa Ocidental e do Japão haviam sido reconstruídas no período do pós-guerra, a natureza de sua integração à economia global tendeu a sujeitar a reprodução bem-sucedida de suas próprias formações sociais às regras e estruturas da ordem global liderada pelos EUA. Por muito que os estados europeus e japoneses pudessem haver querido renegociar os acor-

dos contraídos em 1945, agora que apenas 25% da produção global estava localizada nos EUA, nem eles nem suas burguesias estavam remotamente interessados em desafiar a hegemonia que o império informal estadunidense havia estabelecido sobre eles. Como afirmava Poulantzas no início dos anos 70, “Para eles, a questão é mais de reorganizar uma hegemonia que ainda aceitam...; o que na verdade disputam é a divisão do bolo”⁷².

Foi neste contexto que a internacionalização do estado se tornou particularmente importante. Nos anos setenta, no transcurso das prolongadas, e às vezes confusas, renegociações dos termos que desde o final da Segunda Guerra Mundial ligavam a Europa e o Japão ao império norte-americano, todos os estados-nação envolvidos aceitaram a responsabilidade de criar as condições *internas* necessárias para sustentar a acumulação *internacional*, como a estabilidade dos preços, as limitações à militância operária, o tratamento nacional aos investimentos estrangeiros e a saída irrestrita de capitais. Para citar novamente Poulantzas, a tendência real que surgiu a partir da crise dos anos setenta foi a de “transformações internalizadas do próprio estado a fim de assumir a responsabilidade da internacionalização das funções públicas em benefício do capital”⁷³. Portanto, os estados-nação não estavam desaparecendo, mas somando responsabilidades.

Não é que tenham visto com clareza exatamente o que era necessário fazer. As estruturas estabelecidas da ordem posterior a 1945 não resolveram por si próprias as pressões generalizadas sobre as taxas de lucro nos EUA e na Europa. Tampouco sugeriram como os EUA poderiam reavivar sua base econômica de maneira que consolidasse sua dominação. E tampouco davam respostas a respeito de como se manejariam as tensões e instabilidades de um mundo em que o estado norte-americano não era onipresente, mas que dependia para seu domínio de poder funcionar através de outros estados. A natureza contingente da nova ordem ficou demonstrada no fato de que a “solução” somente apareceu no final dos anos setenta, isto é, duas décadas depois dos primeiros sinais de problema, quase uma década depois da crise do dólar do início dos anos 70 e logo após um período sustentado por falsas iniciativas, confusões e experiências incertas⁷⁴.

A primeira e mais crucial resposta do governo de Nixon, isto é, o fim dramático da conversibilidade do dólar em 1971, restaurou a autonomia econômica do estado norte-americano diante da corrida para o ouro; e a conseqüente desvalorização do dólar corrigiu, ao menos temporariamente, o déficit na balança comercial dos EUA. De todas as maneiras, esta resposta estava muito longe de ser uma solução às questões mais amplas que estavam em jogo. O estado norte-americano tirou vantagem de sua posição ainda dominante para defender suas próprias bases econômicas, mas esta postura defensiva não pôde gerar uma solução geral para os problemas que

enfrentavam todas as economias capitalistas desenvolvidas, nem tampouco criar as bases para renovar o dinamismo econômico dos EUA⁷⁵. Até o final dos anos setenta, quando a economia estadunidense enfrentava uma fuga de capitais (domésticos e estrangeiros), um informe presidencial ao Congresso (que se definia a si mesmo como “a análise mais detalhada e compreensiva da posição competitiva dos EUA”) confirmava um declínio considerável na competitividade –o qual aconselhava que *poderia* ser revertido por uma reorientação radical da política econômica destinada a corrigir a inflação persistente e a ter maior acesso às poupanças a fim de acelerar o investimento⁷⁶.

A preocupação em reter e atrair novo capital foi especialmente crucial para o que viria. A abertura dos mercados de capitais nas ordens doméstica e global representou tanto uma oportunidade como uma restrição para o estado norte-americano. A liberalização financeira permitira transladar um aspecto importante da competição para o terreno onde a economia estadunidense havia tido potencialmente suas maiores vantagens comparativas. No entanto, essas vantagens não podiam se converter em instrumentos efetivos de poder sem certas mudanças políticas e econômicas. A ambivalência do estado norte-americano com relação à maneira de manejar a força crescente do capital financeiro se refletia em suas políticas: os controles do capital foram introduzidos em 1963, mas estavam sujeitos a “exceções” importantes; o mercado de eurodólares era uma fonte de preocupação, mas, ao mesmo tempo, se reconhecia que tornava a posse de dólares mais atrativa e, conseqüentemente, era um propulsor importante da reciclagem de petrodólares do Terceiro Mundo. A liberalização financeira fortaleceu enormemente Wall Street durante os anos 70 e, como mostraram muito persuasivamente Duménil e Lévy, demonstrou ser crucial para as mudanças mais amplas que se seguiram⁷⁷. Contudo, isto não deve ser visto como à custa do capital industrial. O que estava em jogo não era um “golpe financeiro”, mas sim um (tardio) reconhecimento por parte do capital norte-americano de que o fortalecimento do poder financeiro era um preço essencial, ainda que às vezes doloroso, a pagar para a reconstrução do poder econômico norte-americano⁷⁸.

O “ponto de inflexão” crítico em matéria de orientação política veio em 1979 com o “shock de Volcker” –o programa auto-imposto de ajuste estrutural do estado norte-americano. A determinação da Reserva Federal de estabelecer uma disciplina econômica interna através de um aumento inédito das taxas de juros conduziu a uma reestruturação vital do trabalho e da indústria e atraiu a confiança necessária que os mercados de dinheiro e os bancos centrais estavam procurando. Junto às políticas neoliberais mais gerais que evoluíram para um paradigma de políticas capitalistas relativamente

coerente durante a década de oitenta, o novo impulso do capital financeiro reforçado pelas políticas estatais assentou as bases para o que comumente se conhece como “globalização” –o impulso acelerado em direção a um mundo sem fronteira nem restrições para a acumulação do capital.

Os mecanismos do neoliberalismo (a expansão e aprofundamento dos mercados e das pressões competitivas) podem ser econômicos, mas estes foram essencialmente uma resposta *política* às conquistas democráticas que haviam sido alcançadas previamente pelas classes subordinadas e que, do ponto de vista do capital, representavam um obstáculo à acumulação. O neoliberalismo não apenas conseguiu reverter essas conquistas, mas também debilitar seus fundamentos institucionais –incluindo uma mudança na hierarquia dos aparelhos do estado norte-americano até o Tesouro e a Reserva Federal à custa das antigas agências do New Deal. Portanto, os EUA não foram o único país a introduzir políticas neoliberais, mas uma vez que o próprio estado norte-americano se moveu nesta direção, adquiriu um novo status: o capitalismo agora operava sob uma “nova forma de domínio social”⁷⁹ que prometia, e de fato produziu, (a) o ressurgimento da base produtiva do predomínio estadunidense; (b) um modelo universal para restaurar as condições da rentabilidade em outros países desenvolvidos; e (c) as condições econômicas para a integração do capitalismo global.

No transcurso da reestruturação econômica que veio depois, as condições trabalhistas nos EUA foram seriamente debilitadas, proporcionando ao capital norte-americano uma maior flexibilidade competitiva com relação à Europa. As empresas ineficientes foram depuradas –um processo que havia sido limitado nos anos setenta– e as sobreviventes foram reestruturadas internamente, terceirizando processos para fornecedores mais baratos e especializados, transferindo-se para os estados cada vez mais urbanizados do sul, e fundindo-se com outras empresas –tudo isto como parte de um acelerado processo de redistribuição do capital dentro da economia estadunidense. A nova confiança dos investidores globais (incluindo a própria Wall Street) na economia norte-americana e no estado deu aos EUA um acesso relativamente barato às poupanças globais e tornou o capital eventualmente mais barato nos EUA. Os capitais de risco disponíveis impulsionaram o investimento em desenvolvimento de novas tecnologias (o qual também se beneficiou dos subsídios públicos via programas de responsabilidade militar), as quais, por sua vez, foram integradas às estratégias de reestruturação das gestões e disseminadas em setores que estavam além da *high-tech*. A proporção estadunidense da produção mundial não continuou declinando, mas continuou por volta de um quarto do total até o início do século vinte e um.

Na década de oitenta, a economia norte-americana não apenas reverteu seu deslize, mas também assentou as bases para que os capitais europeus e

japoneses fizessem o mesmo⁸⁰. A confiança renovada por parte do capital norte-americano consolidou o capitalismo como projeto global através do desenvolvimento de mecanismos formais e informais de coordenação internacional. O neoliberalismo reforçou as condições materiais e ideológicas para garantir o tratamento “nacional” do capital externo dentro de cada formação social e para “constitucionalizar”, por meio do NAFTA, a OMC e a União Econômica e Monetária Européia, a livre circulação de bens e capital (a OMC era uma versão mais ampla do GATT, mas com mais dentes)⁸¹. O acesso privilegiado da economia estadunidense às poupanças globais, graças ao lugar central de Wall Street dentro dos mercados monetários globais, permitiu-lhe importar livremente sem comprometer outros objetivos. Isto deu ao estado norte-americano o papel não necessariamente intencional de “importador de último recurso”, que limitava o impacto de qualquer desaceleração econômica em outros lugares ao mesmo tempo em que reforçava a dependência dos investidores e exportadores estrangeiros dos mercados e políticas estatais norte-americanas. A Reserva Federal, apesar de estar somente preocupada com as políticas domésticas, mantinha um olho bem aberto sobre o contexto internacional. E o Tesouro, cuja posição relativa dentro do estado variou ao longo da era do pós-guerra, assumiu crescentemente o papel de administrador macroeconômico global durante as décadas de oitenta e noventa, reforçando assim seu status no topo da hierarquia dos aparatos de estado norte-americano⁸².

O G-7 surgiu como um fórum de ministros de finanças e funcionários do Tesouro para discutir os desenvolvimentos globais, estabelecer consensos na direção de certas questões e dirigir de maneira concreta e controlada qualquer ajuste necessário do tipo de mudança. Os EUA permitiram ao Bank for International Settlements ressurgir como a principal agência de coordenação internacional, no contexto de maior protagonismo dos crescentemente “independentes” banqueiros centrais, a fim de melhorar os padrões de funcionamento do capital dentro dos sistemas bancários. O FMI e o Banco Mundial também foram reestruturados. O FMI deixou de atender os problemas de “ajuste” da balança de pagamentos para ocupar-se das crises econômicas estruturais dos países do Terceiro Mundo (ao longo das linhas impostas sobre a Grã-Bretanha em 1976) e se converteu no veículo central para impor certo tipo de “condicionantes”, em troca de empréstimos, que levavam em conta as preocupações do capital global. O Banco Mundial apoiou isto, ainda que até os anos noventa tenha centrado também sua atenção na construção do estado capitalista — o que se conhece como “estados efetivos”⁸³.

Que o império norte-americano tenha se reconstituído de maneira tão bem-sucedida através das últimas décadas do século XX não significa

que o capitalismo global tenha alcançado um novo plano de estabilidade. Na verdade, é possível afirmar que as dinâmicas de instabilidade e contingência são sistematicamente incorporadas à forma reconstituída do império. Em boa medida, porque a competição intensificada própria ao neoliberalismo e a hipermobilidade da liberalização financeira agravam o desenvolvimento desigual e a extrema volatilidade inerentes à ordem global. E mais, esta instabilidade se vê dramaticamente amplificada pelo fato de que o estado norte-americano somente pode dominar este sistema através de outros estados, e converter todos em estados “efetivos” para o capitalismo global não é um assunto simples. É precisamente na tentativa por parte do estado norte-americano de enfrentar estes problemas, especialmente *vis-à-vis* com aquilo que denomina “estados canalhas” do Terceiro Mundo, o que tem levado o imperialismo estadunidense a apresentar-se hoje de maneira cada vez mais aberta.

PARA ALÉM DA RIVALIDADE INTERIMPERIAL

Não podemos entender o imperialismo na atualidade como se fosse uma crise não resolvida da década de setenta caracterizada por uma sobre-acumulação e um excesso de competição, dando lugar novamente a uma rivalidade interimperial. Distintamente do período anterior, que se caracterizava pela força econômica relativa da Europa e do Japão, o momento histórico atual mostra, pelo contrário, sua relativa *debilidade*. A preocupação pelo déficit comercial dos EUA parece se sobrepor em ambos os períodos, mas o contexto e o conteúdo de tal preocupação mudaram radicalmente. Anteriormente, o déficit norte-americano estava apenas surgindo, era geralmente visto como insustentável inclusive no curto prazo e era caracterizado tanto pelos banqueiros centrais estrangeiros como pela exportação da inflação estadunidense para o exterior. Hoje, a economia global não apenas tem convivido com o déficit norte-americano por quase um quarto de século como a estabilidade global tornou-se dependente desse déficit e é, em todo caso, sua tentativa de “corrigi-lo” o que representa uma ameaça –desta vez, uma ameaça deflacionária. No período anterior, os mercados financeiros globais só estavam emergindo, e o que isto punha em discussão naquele momento era seu impacto sobre o solapamento das formas de macro-gerenciamiento nacionais e internacionais existentes, incluindo o papel internacional do dólar norte-americano. O conseqüente desenvolvimento explosivo dos mercados financeiros resultou em estruturas financeiras e fluxos de circulação que fizeram hoje das próprias “finanças” um ponto central do macro-gerenciamiento global –seja reforçando a disciplina de acumulação, realocando capital através de setores e regiões, outorgando créditos a investidores/consumido-

res para sustentar até os mais modestos níveis de crescimento, ou apoiando a capacidade da economia estadunidense para atrair as poupanças globais necessários para reproduzir o império norte-americano.

Neste contexto, o nível de inconsciência teórica com que se emprega o termo “rivalidade” para qualificar a competição econômica entre a União Européia, o Japão (ou, mais genericamente, o Sudeste Asiático) e os EUA é notável. O significado específico que este conceito tinha no contexto anterior à Primeira Guerra Mundial, quando a competição econômica entre estados europeus estava de fato articulada com as capacidades militares comparáveis e Lênin podia afirmar que as “guerras imperialistas são absolutamente inevitáveis”⁸⁴, é praticamente inexistente no contexto contemporâneo de extensivo domínio militar americano. Mas, além disso, o sentido que este conceito tinha no passado está em contradição com a distinta integração econômica e militar que existe atualmente entre as potências capitalistas.

O termo “rivalidade” tende a exagerar a competição econômica entre estados muito mais do que esta significa no mundo real. Assim como a concepção de uma classe capitalista transnacional, liberada de qualquer restrição estatal ou a ponto de engendrar um estado global supranacional, é demasiadamente extravagante⁸⁵, também o é qualquer noção de um retorno à rivalidade entre burguesias nacionais. As relações de poder assimétricas que surgiram da penetração e integração entre os principais países capitalistas sob a tutela do império informal norte-americano não se dissolveram com a crise da idade de ouro do pós-guerra e do aumento da competição comercial e da mobilidade de capital que a seguiu. Pelo contrário, essas relações de poder reformaram-se e se reconstituíram através da era da globalização neoliberal. Obviamente, nada disso quer dizer que o estado e as estruturas econômicas se tenham tornado homogêneos ou que não haja divergência em muitas áreas de políticas, ou que os conflitos e as contradições estejam ausentes da ordem imperial. Contudo, estes conflitos e contradições não se localizam tanto nas relações entre os estados capitalistas avançados, mas *dentro* desses mesmos estados, na medida em que estes tentam manejar seus processos internos de acumulação, legitimação e luta de classes. Isto é igualmente certo para o caso do estado norte-americano em sua tentativa de manejar e fazer frente às complexidades da globalização neoliberal.

A evolução da União Européia tampouco torna a teoria da rivalidade interimperial relevante para nosso tempo⁸⁶. Impulsionada em suas origens pelo estado norte-americano, seu recente desenvolvimento através da união econômica e monetária, incluindo o lançamento do euro e do Banco Central Europeu, nunca teve a oposição do capital estadunidense dentro da Europa nem do estado norte-americano. O que a União Européia conseguiu em termos de livre mercado e mobilidade do capital dentro de sua própria

região não desafia, mas se ajusta, à “nova forma de domínio social” liderada pelos EUA que o neoliberalismo representa. O que conseguiu em termos de integração dos mercados de capitais europeus não apenas implicou em uma maior penetração do investimento bancário estadunidense, como também, como demonstrou John Grahl, “baseou-se na desregulação e internacionalização do sistema financeiro estadunidense”⁸⁷.

Os passos vacilantes no sentido de uma postura militar europeia independente, sem contar o terrível custo econômico que esta envolveria (muito mais no contexto de um crescimento relativamente lento), foram rapidamente neutralizados pela guerra de Kosovo na ex-Iugoslávia –apoiada por todos os governos europeus– através da qual os EUA deixaram bem claro que a OTAN continuaria sendo a polícia suprema da Europa⁸⁸. Todavia, isto somente colocou em seu lugar uma questão a respeito da qual nenhum político pragmático da Europa tinha alimentado nenhuma ilusão. A dependência com relação à tecnologia militar norte-americana e de seus serviços de inteligência seria ainda tal que os próprios EUA a vêem como “uma força da UE que sirva como extensão efetiva, ainda que não oficial, da OTAN e não como um substituto”⁸⁹. E do lado europeu, Joschka Fischer, ministro de Relações Exteriores da Alemanha, reconheceu de maneira similar que “a relação transatlântica é indispensável. O poder dos EUA é um fator decisivo para a paz e a estabilidade do mundo. Não creio que a Europa possa alguma vez ser suficientemente forte para defender-se sozinha”⁹⁰. Provavelmente, esta apreciação da realidade dentro dos círculos da elite europeia está no próprio coração de suas expressas frustrações com relação à tendência atual da liderança estadunidense em tratar a Europa simplesmente como um sócio “menor”. Ainda que se tenha dito que o fim da Guerra Fria deixou a Europa em um estado de menor dependência do guarda-chuva militar norte-americano e, portanto, mais livre para perseguir seus próprios interesses, este mesmo processo tornou os EUA mais indiferentes diante das sensibilidades europeias.

Com relação ao Leste Asiático, ainda que se possa pensar que o alto nível de centralização do estado do Japão poderia dar o potencial imperial do qual a União Europeia necessita, este mostrou muito menor capacidade de liderança regional, para não mencionar de liderança global, independente dos EUA. E mais, sua capacidade de penetrar economicamente no Leste Asiático foi e continua sendo mediada pelas relações imperiais norte-americanas⁹¹. Isto foi cruamente sublinhado pelas ações do Tesouro norte-americano (especialmente através da intervenção direta de Rubin e Summers) na crise do Leste Asiático de 1997-98, quando ditou um conjunto de duros condicionamentos precisamente no quintal do Japão⁹². Aqueles que interpretavam a penetração comercial do Japão nos mercados norte-americanos e seus inves-

timentos diretos em massa nos EUA durante a década de 80 em termos de rivalidade interimperial estão influenciados por uma perspectiva economicista errônea. O Japão continua dependendo dos mercados estadunidenses e da segurança de seus investimentos dentro dos EUA, e seu banco central está ansioso por comprar dólares para limitar a queda do mesmo e seu impacto sobre o Yen. E mesmo quando a China possa eventualmente surgir como um pólo de poder interimperial, levaria muitas décadas para alcançar semelhante estatuto. O fato de certos setores do estado norte-americano estarem preocupados em certificarem-se de que seu poder “unipolar” seja usado hoje para prevenir o possível surgimento de rivais imperiais no dia de amanhã, não pode ser utilizado como evidência de que tais rivais já existam.

Durante os anos noventa, não apenas a deflação literal da economia japonesa, mas também o crescimento lento e o alto desemprego na Europa contrastaram seriamente com o *boom* americano. Tanto é assim que se Donald Sassoon estava certo quando afirmava que “a questão política real da década de cinquenta era a de como conseguir uma versão européia da sociedade estadunidense”⁹³, o mesmo pareceu acontecer nos anos noventa, ao menos em termos de imitação das políticas econômicas dos EUA e dos valores dos acionistas. Agora, com o fim de tal *boom* e o crescente déficit fiscal e comercial dos EUA, novas predições sobre a decadência estadunidense e a rivalidade interimperial se converteram em um lugar comum. No entanto, a questão da sustentabilidade do império norte-americano não se pode analisar hoje da perspectiva economicista e de curto prazo como a dos anos setenta, como quando Poulantzas desdenhava:

as diversas análises futuroológicas da relativa “força” ou “debilidade” das economias norte-americana e européias, análises que formulam a questão das contradições interimperialistas em termos de “competitividade” e efetiva “competição” entre “economias nacionais”. Em geral, estes argumentos se reduzem a “critérios econômicos” que não significam muito, ...e [tais análises] generalizam a partir deles de uma maneira bastante arbitrária⁹⁴.

Isto não quer dizer que a conjuntura econômica atual não revele problemas econômicos genuínos para cada estado do capitalismo global, incluindo o estadunidense. Estes problemas não refletem uma continuidade da crise dos anos setenta, mas sim anunciam novas contradições engendradas pelo neoliberalismo na dinâmica global do capitalismo, incluindo a sincronização das recessões, a ameaça de deflação, a dependência do mundo com relação aos mercados norte-americanos e à dependência dos EUA da entrada de capitais para cobrir seu déficit comercial. Há de fato uma complexidade sistêmica no capitalismo global de hoje que inclui instabilidades e crises, inclusive nos

países centrais. De todo modo, isto tem de ser visto não tanto em termos das antigas tendências às crises estruturais e seus desenlaces, mas como as dimensões quotidianas do funcionamento do capitalismo contemporâneo e, de fato, como sustentamos previamente, inclusive de seu êxito.

A questão para os estados capitalistas não é prevenir as crises episódicas – estas vão ocorrer inevitavelmente – mas contê-las. Até hoje, o estado imperial estadunidense demonstrou uma notável capacidade para limitar a duração, profundidade e contágio das crises. E até agora existem poucos motivos para pensar que inclusive as pressões sobre o valor do dólar tenham se tornado inadministráveis. Isto é o que subjaz à confiança de Andrew Crockett, diretor geral do Banco Internacional de Pagamentos e presidente do Fórum de Estabilidade Financeira (que compreende os representantes dos bancos centrais, ministros de finanças e reguladores de mercado provenientes dos estados do G7) de que “eles têm as redes de contatos, [e] os planos de contingência para manejar os ‘shocks’ do mercado”⁹⁵. É evidente que tal confiança não garante por si mesma que o Tesouro norte-americano e a Reserva Federal, que trabalharam muito próximos de seus equivalentes de outros países capitalistas centrais durante a guerra do Iraque (para além das diferenças de seus próprios governos com relação à guerra) da mesma forma como fizeram imediatamente depois do 11 de Setembro⁹⁶, terão sempre a capacidade para resolver todas as contingências. Argumentaremos, de todo modo, que o desenvolvimento futuro de tais capacidades não está descartado por nenhuma contradição *econômica* em si mesma.

Portanto, a crise que hoje produziu um império norte-americano descarado não consiste em um processo de sobreacumulação que esteja conduzindo a algo parecido a uma rivalidade interimperialista, mas sim se assenta nos limites que um império informal que domina através de outros estados encontra para fixar uma estratégia de crescimento econômico coordenado, inclusive dentro dos países capitalistas avançados. Nestes estados democrático-liberais, a fortaleza das forças sociais domésticas – apesar da internacionalização do capital doméstico e do estado nacional e, por vezes, devido a ela – limitou a adoção do neoliberalismo (como se pode observar, por exemplo, nas dificuldades experimentadas pelo estado alemão para introduzir mercados de trabalho flexíveis, ou a inércia do estado japonês na reestruturação de seu sistema bancário). Isto frustrou as “reformas” que o capital considera necessárias, alinhadas com a própria reestruturação prévia do estado norte-americano, para reavivar o crescimento econômico nestes países a fim de compartilhar o peso da absorção das importações globais e aliviar a pressão do déficit comercial estadunidense. Apesar da energia que os capitalistas de cada país investiram em assegurar tais “reformas”, não é nada óbvio tampouco que estas por si próprias vão renovar magicamente o cres-

cimento. Além do mais, a total implementação de tais reformas poderia em qualquer caso gerar uma maior intensidade de lutas de classe vindas de baixo –ainda que deva se dizer que estas terão que produzir algo próximo a uma transformação fundamental nas estruturas de classe e do estado se querem gerar uma nova alternativa ao neoliberalismo e quebrar os vínculos com o império estadunidense.

O IMPÉRIO MANIFESTO: “ESSA COISA IMPONENTE EM QUE A AMÉRICA DO NORTE ESTÁ SE CONVERTENDO”

Se há hoje uma crise do imperialismo convém interpretá-la como o fazia Poulantzas no início dos anos setenta:

O que está atualmente em crise não é diretamente a hegemonia americana, sob o impacto do “poder econômico” das outras metrópoles, cuja ascensão as terá, de acordo com alguns estudiosos, elevado automaticamente à categoria equivalente de “contra-imperialismo”, mas sim o imperialismo como um todo, como resultado da luta de classes a nível mundial que já alcançou até as zonas metropolitanas. Em outras palavras, não é a hegemonia do imperialismo norte-americano o que está em crise, mas a totalidade do imperialismo sob esta hegemonia⁹⁷.

A noção de “luta mundial de classes” é muito vaga e restrita com relação à diversidade das forças sociais hoje em jogo para captar até que ponto as contradições entre o Terceiro Mundo e o império estadunidense estão manifestando-se atualmente. No entanto, tampouco é certo que os problemas mais sérios para o “imperialismo como um todo” surjam em relação aos estados que estão fora do coração capitalista. No caso destes estados capitalistas subdesenvolvidos, ainda crescentemente situados dentro da órbita do capital global –como na maior parte do Terceiro Mundo e do antigo bloco soviético– as instituições financeiras internacionais e os estados capitalistas centrais, seja atuando em conjunto ou por conta própria, intervieram com o propósito de impor “reformas” estruturais “economicamente corretas”. No marco da liberalização financeira, isto implicou numa firme seqüência de crises econômicas. Algumas destas crises poderiam ser vistas como um componente funcionalmente necessário do êxito do neoliberalismo (como pode se dizer talvez da Coreia do Sul logo após a crise asiática de 1997–1998). Contudo, a maior parte destas não resolveram, mas sim agravaram ainda mais os problemas devido à universalidade abstrata do remédio. Qualquer que seja o êxito do neoliberalismo com relação ao fortalecimento de uma economia capitalista já desenvolvida, cada vez mais parece ser uma estratégia

errônea para o desenvolvimento capitalista em si mesmo. No caso dos “estados canalhas” –aqueles que não estão dentro da órbita do capitalismo global de modo que nem a penetração das forças econômicas externas nem as instituições internacionais podem reestruturá-los eficazmente–, a intervenção direta unilateral por parte dos EUA se tornou cada vez mais tentadora. É isso o que trouxe de volta o termo “império” para o centro do debate, e tal intervenção está carregada com todo tipo de ramificações imprevisíveis.

Neste contexto, o colapso do mundo comunista que permaneceu fora da esfera do império estadunidense e do capitalismo global durante a maior parte da era do pós-guerra tornou-se particularmente importante. Por um lado, foi realmente extraordinária a rápida penetração e integração do capitalismo global e das instituições do império informal norte-americano (como a OTAN) em boa parte do que foi o bloco soviético, como também a abertura da China, Vietnã e inclusive Cuba para o capital estrangeiro e sua integração aos mercados mundiais (mesmo sob o amparo das elites comunistas). Isto também eliminou o perigo de que qualquer intervenção direta dos EUA em estados fora do hemisfério americano conduzisse a uma terceira guerra mundial e a guerra nuclear do *Armagedom*. O fato de que até os defensores liberais dos direitos humanos e instituições tenham invocado repetidas vezes os EUA para atuar como poder de polícia internacional durante a década de noventa refletia a nova conjuntura. Mas, por outro lado, a arrogância e a sensação de sobrecarga que tornaram presentes com o agora evidente poder único do estado norte-americano conduziu-o a perguntar-se se mesmo os limitados compromissos que tinha de cumprir ao operar através de instituições multilaterais não estavam restringindo desnecessariamente suas opções estratégicas, especialmente com relação aos “estados canalhas” fora da órbita do império informal.

A “solidão do poder” teve muito a ver com isso. O peso sentido da responsabilidade última (e desde o 11 de Setembro, uma maior suscetibilidade à vulnerabilidade dos EUA como alvo de terrorismo tanto em casa como no exterior), promove o desejo de reter a “soberania” total de atuar como seja necessário. É isso o que subjaz abaixo da natureza crescentemente manifesta do imperialismo estadunidense. O problema que agora enfrenta em termos de “combinar seu poder particular com a tarefa geral de coordenação” (para citar a frase incisiva de Anderson), pode-se observar não apenas em relação às contradições econômicas do neoliberalismo discutidas anteriormente, mas também nas crescentes contradições entre natureza e capitalismo (como se revela, por exemplo, não apenas através dos sérios problemas das emissões de carbono que o acordo de Kyoto supostamente deve resolver, mas também na questão das reservas de petróleo pronunciada pelo Informe Cheney, analisada por Michael Klare em outro ensaio deste volume).

Todas estas questões se multiplicam pelo papel que o estado imperial norte-americano veio a desempenhar agora (e habitualmente se espera que o faça) na tarefa de manter a ordem social do mundo inteiro. Do ponto de vista da criação de “um meio ambiente mundial no qual o sistema estadunidense possa sobreviver e florescer”, o documento NSC-68 do Conselho Nacional de Segurança de 1950, segundo o qual “mesmo se não houvesse a União Soviética enfrentaríamos o grande problema [...] que a ausência de ordem entre as nações está se tornando cada vez menos tolerável”, antecipava aquilo que finalmente se tornou totalmente claro para os que manejam o império norte-americano. O próprio documento da Estratégia de Segurança Nacional de George W. Bush de setembro de 2002 (imitações do que estava saindo à superfície dentro do estado norte-americano tão logo se produziu o colapso do bloco soviético)⁹⁸ tinha uma grande linhagem.

Assim como o neoliberalismo em casa não implicou num estado menor ou mais débil, mas muito pelo contrário num em que floresceram aparatos coercitivos (à medida que os escritórios do estado de bem-estar esvaziavam e as prisões enchiam-se), também o neoliberalismo teve como efeito o fortalecimento dos aparatos coercitivos que o estado imperial necessita para manter a ordem social no mundo. A transformação das forças armadas estadunidenses e os aparatos de segurança durante a década de noventa de maneira a facilitar esta última (como analisa Paul Rogers neste mesmo volume) somente podem ser interpretados neste sentido. O unilateralismo norte-americano no uso internacional destes aparatos é pouco surpreendente, tendo em conta que as atividades dos aparatos coercitivos dos estados a nível doméstico estão a salvo de escrutínios extensivos das legislaturas e de ter que negociar o que fazem com os aparelhos não coercitivos do estado.

Tudo isto já era evidente nas respostas aos “estados canalhas” dos governos de Bush I e de Clinton. Os EUA trabalharam duro para conseguir o apoio das Nações Unidas para a Guerra do Golfo de 1990-1991 e prestaram muita atenção ao longo regime de sanções que, diante da insistência dos EUA, aplicou-se contra o Iraque durante os anos noventa. Todavia, outros governos pressentiam o crescente unilateralismo norte-americano, o que os deixava bastante nervosos, por mais que este fosse apenas em termos de manter a legitimidade dentro de seus próprios estados. A Guerra do Golfo demonstrou que as Nações Unidas puderam ser feitas para servir “como um imprimátur para uma política que os EUA queriam seguir, e perseguir ou coagir todos a apoiar”, como apontou o embaixador canadense das Nações Unidas naquele momento. Esta “manipulação das disposições da Carta das Nações Unidas” acovardou “muitos países em desenvolvimento, que se sentiam privadamente assombrados e escandalizados pelo que estava acontecendo, mas também to-

talmente impotentes para fazer algo a respeito –uma prova do enorme poder e influência da América do Norte quando ele é desatado”⁹⁹.

Contudo, ao mesmo tempo, isto fez os estrategistas estadunidenses compreenderem quão pouco podiam confiar nas Nações Unidas para aprontar as suas. As Nações Unidas, por sua própria natureza diplomática e semi-parlamentar composta de todos os estados do mundo, não podiam ser tão facilmente reestruturadas como o foram as instituições de Bretton Woods logo após a crise dos anos setenta. Como demonstraria o uso repetido do veto norte-americano no Conselho de Segurança desde então, isto foi uma fonte de constante irritação. E enquanto podia fiar-se na OTAN como um veículo muito mais confiável para a guerra estadunidense em Kosovo na ex-Iugoslávia (com o benefício agregado de deixar bem claro para os europeus quem continuaria exercendo o poder de polícia internacional em seu próprio quintal), mesmo aqui os esforços realizados para manter todos e cada um dos membros da OTAN do mesmo lado foram visivelmente mal acolhidos dentro do próprio estado norte-americano.

A retórica isolacionista de Bush em sua campanha eleitoral de 2000, na qual questionava a necessidade de envolver as tropas americanas em pontos remotos do mundo, estava condenada a ser reformulada uma vez que Bush se encarregou do (e foi apropriadamente socializado no) escritório de uma Presidência que é hoje tão inevitavelmente imperial como doméstica em sua natureza. Por isso, a política explicitamente imperial que os estrategistas geopolíticos próximos ao partido Republicano já haviam desenhado, estava pronta e aguardando seu momento. O 11 de setembro por si só não determinou sua ascensão no estado, mas sim reforçou sua posição. Sua resposta revelou todas as tensões na combinação do estado americano de sua função imperial de coordenação geral com o uso de seu poder para proteger e promover seus interesses nacionais. Defender os interesses de segurança do capitalismo global de modo tal que sirva ao mesmo tempo às necessidades do estado e à formação social americana se tornou particularmente complicado desde que os interesses de segurança em questão se apresentam antes de tudo como interesses norte-americanos. Isto quer dizer que enquanto as ameaças aos EUA forem vistas por estes últimos como um ataque ao capitalismo global em geral, o estado estadunidense terá cada vez menos paciência para fazer concessões que se interponham no caminho de sua conduta guiada por sua própria definição do interesse do capitalismo global e do uso ilimitado de seu poder estatal para resolver tais ameaças.

Talvez a mudança mais importante na estrutura administrativa do império norte-americano na transição do governo de Clinton para o de Bush II tenha sido o deslocamento do Tesouro do topo da hierarquia estatal. Os ramos do estado estadunidense que controlam e dispõem dos meios de vio-

lência estão agora no banco do motorista. Em uma administração que representa um partido republicano que sempre foi formado por uma coalizão de defensores do livre mercado, conservadores sociais e falcões militares, desde o 11 de setembro a balança se inclinou decisivamente para este último¹⁰⁰. No entanto, a face imperial não dissimulada que o estado norte-americano está hoje disposto a mostrar ao mundo tem a ver, sobre todas as coisas, com as crescentes dificuldades para manejar um verdadeiro império informal global —um problema que vai muito mais além de qualquer mudança de governo.

Isto poderia se converter em um desafio tão grande como o que enfrentaram anteriormente os impérios formais com seus aparatos estatais coloniais. Hoje, o problema central para o estado norte-americano está relacionado com a necessidade de reformar todos os estados do mundo para que sejam minimamente compatíveis com a administração da ordem global —e isto é visto também como uma condição geral para a reprodução e extensão do capitalismo global. Todavia, a imensa dificuldade de construir na periferia as densas redes semelhantes à que o novo imperialismo estadunidense havia forjado de maneira bem-sucedida com os outros estados capitalistas avançados é clara se é reparado o progresso apenas vacilante que foi feito na tarefa de estender o G7 para o G8, para não mencionar o G20. Para o estrato geopolítico do estado norte-americano, isto põe em evidência os limites do enfoque dos “estados efetivos” fora do centro baseado exclusivamente em vínculos econômicos.

Isto explica não apenas a extensão das bases militares dos EUA e a integração mais estreita dos aparatos de inteligência e polícia de todos os estados do império depois do 11 de setembro, mas também o retrocesso ao momento fundador do império norte-americano pós-1945 nas ocupações militares da Alemanha e do Japão como provendo o modelo para reestruturar o Iraque dentro do marco do império estadunidense. A lógica desta postura aponta para muito mais além do Iraque, para todos os estados “desconectados da globalização”, como expressou tão friamente um professor da Escola de Guerra Naval dos EUA aconselhando o Secretário de Defesa:

Mostrem-me onde a globalização é densa com redes de conectividade, transações financeiras, meios de comunicação liberais e segurança coletiva, e eu lhes mostrarei regiões com governos estáveis, elevados níveis de vida e mais mortes por suicídio que por homicídio. A estas partes do mundo as chamo de Centro de Funcionamento (*Functioning Center*). No entanto, mostrem-me onde a globalização está desaparecendo ou está simplesmente ausente e lhes mostrarei regiões cheias de regimes políticos repressivos, pobreza e enfermidades muito difundidas, assassinatos em massa rotineiros e —o mais importante— os conflitos crônicos que incubam a próxima geração de ter-

roristas globais. A estas partes do mundo chamo de a Brecha não integrada (*non-integrating Gap*) [...] A verdadeira razão pela qual adiro a uma guerra semelhante é que o compromisso militar que resulte dela no longo prazo forçará finalmente os EUA a lidarem com “estes países não integrados” em sua totalidade como uma ameaça estratégica global¹⁰¹.

Na Brecha não integrada se encontram Haiti, Colômbia, Brasil, Argentina, a ex-Iugoslávia, o Congo, Ruanda-Burundi, Angola, África do Sul, Israel-Palestina, Arábia Saudita, Iraque, Somália, Irã, Afeganistão, Paquistão, Coreia do Norte e Indonésia –aos quais podem se juntar China, Rússia e Índia como “novos integrantes/membros do centro [que] podem se perder nos próximos anos”. O problema para o império norte-americano ao inclinar-se nesta direção estratégica é que muito poucos estados do mundo “periférico”, dadas suas estruturas econômicas e políticas e às forças sociais, poderão ser reestruturados na linha do Japão e Alemanha do pós-guerra, mesmo se (ou especialmente se) são ocupados pelo exército estadunidense, ou inclusive se são penetrados mais que margeados pela globalização. O que é pior, um imperialismo norte-americano que é tão descaradamente imperialista corre o risco de perder sua aparência específica de não parecer imperialista –aquela aparência que o tornou historicamente plausível e atrativo.

O desacordo aberto entre os governos da França, Alemanha e inclusive do Canadá, de um lado, e o governo de Bush, do outro, em torno da guerra do Iraque, deve ser analisado neste marco. Tais tensões têm pouco a ver com “rivalidades” econômicas. Referem-se mais a uma preferência por parte destes mesmos estados (em parte, reflexo de sua falta relativa de capacidade militar autônoma) por utilizar instituições financeiras internacionais, a OMC e a ONU para criar os “estados efetivos” ao redor do mundo que o capitalismo global necessita. Contudo, as burguesias de outros estados capitalistas estão muito menos inclinadas a desafiar a hegemonia norte-americana do que estavam na década de setenta. De fato, muitos capitalistas nos outros estados dentro do império estavam visivelmente preocupados –e se queixavam crescentemente– porque seus respectivos estados não cantavam a mesma canção que os norte-americanos. Em todo caso, as classes capitalistas de cada país, incluindo os EUA (onde muitas das figuras principais do capital financeiro, como Rubin ou Volcker, estavam abertamente perturbadas pela postura do governo de Bush tanto com relação à guerra como às políticas econômicas) foram incapazes de expressar uma posição unificada seja a favor ou contra a guerra. Mais uma vez, podemos observar que na conjuntura atual o que está em jogo não são as contradições entre as burguesias nacionais, mas as contradições do “imperialismo em sua totalidade”, envolvendo todas as burguesias que funcionam sob o guarda-chuva imperial dos EUA.

Estas contradições acima de tudo fazem referência ao perigo colocado para a legitimidade mais ampla dos outros estados capitalistas agora que estão situados no marco de um imperialismo estadunidense que é tão manifesto. Se bem que o império norte-americano desde cedo foi hegemônico *vis-à-vis* esses estados, suas classes capitalistas e suas diversas elites do *establishment*, não conseguiram nunca, mesmo com sua penetração cultural e econômica nessas sociedades, uma transferência de lealdade popular direta ao próprio estado norte-americano. De fato, a forma de governo estadunidense — baseada no princípio constitucional do “império extensivo e autogoverno” — nunca demandou isso. A imitação econômica e cultural do *American way of life* por parte de tanta gente comum no estrangeiro talvez possa ser qualificada corretamente de hegemonia em termos de Gramsci. No entanto, por mais estreita que tenha sido a relação entre o estado norte-americano e as classes capitalistas e suas contrapartes dentro do império informal, isto nunca obteve um sentido de apego patriótico ao estado norte-americano entre os cidadãos de outros estados. O estado norte-americano tampouco se responsabilizou, no sentido gramsciano de hegemonia, pela incorporação das necessidades das classes subordinadas de outros estados dentro de sua própria construção de domínio imperial informal. O consentimento ativo desses estados a seu domínio imperial informal foi sempre mediado pela legitimidade que cada estado podia reter para si próprio e reunir em nome de qualquer projeto particular do estado norte-americano — e em geral isto foi difícil de conseguir no caso das intervenções coercitivas dos EUA ao redor do mundo nos últimos cinquenta anos. Uma boa quantidade desses estados, portanto, distanciaram-se das constantes intervenções dos EUA na América Latina e no Caribe desde 1945, e particularmente desde 1975, para não mencionar a subversão de governos em qualquer lugar ou a Guerra do Vietnã.

Neste sentido, a impopularidade da intervenção militar norte-americana — e mesmo a falta de aprovação dos outros países capitalistas avançados — não é nada nova. Contudo, este aspecto da ordem imperial está demonstrando ter conseqüências particularmente importantes para a conjuntura atual. A guerra de agressão do estado estadunidense no Iraque — tão notoriamente imperial e abertamente ligada a uma doutrina que expressa o mais amplo interesse em assegurar uma ordem capitalista neoliberal em escala global — evocou uma oposição sem precedentes, inclusive dentro dos estados capitalistas centrais. Não obstante, mesmo quando a oposição na França e Alemanha é mais intensa, a maioria das pessoas hoje atribui “o problema com os EUA majoritariamente a Bush” mais que aos “EUA em geral”. Isto sugere que a possibilidade de um “império benigno” ainda subsiste nos outros países capitalistas avançados¹⁰². Mas as condições que criam a intervenção militar estadunidense transcendem em tanto uma administração particular e, portanto,

um império benigno não pode provar ser menos estável que o dólar. Isto é particularmente significativo: como o império norte-americano somente pode governar através de outros estados, o maior perigo que pode enfrentar é que os estados que estão dentro de sua órbita se tornem ilegítimos em virtude de sua articulação com o império. Para estarem seguros, somente uma mudança fundamental no equilíbrio doméstico de forças sociais e a transformação da natureza do papel desses estados poderia desarticulá-los com o império, mas pode ser que se esteja abrindo agora o espaço ideológico para o tipo de mobilizações de baixo, combinando os interesses domésticos das classes subordinadas e outras forças sociais oprimidas com os movimentos antiglobalização e antiguerra, que poderia eventualmente conduzir a isto.

É o medo desta possibilidade que alimenta, por um lado, as alegações daqueles que suplicam que o império seja mais benigno e se apresente de um modo mais multilateral, ao menos simbolicamente; e, pelo outro, as ações daqueles que estão utilizando o medo do terrorismo para fechar o espaço da oposição pública dentro de cada estado. Isto é particularmente assim dentro dos próprios EUA. O antigo problema colocado por aqueles que, na fundação do estado norte-americano, questionavam se um império estendido podia ser compatível com a liberdade republicana –retornado vez por outra por aqueles nos EUA que durante os últimos dois séculos estiveram contra o imperialismo norte-americano– está novamente na agenda. A necessidade de sustentar intervenções no exterior mobilizando o apoio e limitando a oposição, difundindo medo e repressão dentro dos EUA, aumenta a probabilidade de que o estado norte-americano se torne cada vez mais autoritário internamente na medida em que se torna mais descaradamente agressivo externamente. No entanto, a falta de atrativo de um império cuja natureza coercitiva, tanto interna como externamente, já não está oculta, sugere que as lutas antiimperialistas terão cada vez mais força e atração de massas –mesmo nos países capitalistas ricos do centro do império como nos mais pobres, em suas extremidades.

NOTAS

- 1 “Great Britain, The United States and Canadá”, Twenty-First Cust Foundation Lecture, Universidade de Nottingham (21/05/1948) em H. Innis, *Essays in Canadian Economic History*, Toronto: University of Toronto Press, 1956, p. 407.
- 2 O Manifesto de Friedman apareceu no *New York Times Magazine* em 28/03/1999 e o ensaio de Ignatieff em 05/01/2003. Ignatieff acrescenta: “[ser um poder imperial] significa estabelecer as regras que a América

quer (em tudo, desde mercados até armas de destruição em massa), ao mesmo tempo em que se excetua a si própria de outras regras que vão contra seus interesses (como o Protocolo de Kyoto, sobre as mudanças climáticas, e a Corte Criminal Internacional)”.

- 3 *The Grand Chessboard*, New York: Basic Books, 1997, p. 40.
- 4 Ver “Rebuilding America’s Defenses: Strategy, Forces and Resources for a New Century”, Informe do Projeto para um Novo Século Americano <<http://www.newamericancentury.org/publicationsreports.htm>>; e *The National Security Strategy of the United States of America*, Falls Village, Connecticut: Winterhouse, 2002.
- 5 Antonio Satusosso, *Storming the Heavens: Soldiers, Emperor, and Civilians in the Roman Empire*, Westview: Boulder, 2001, pp. 151-2.
- 6 *Monthly Review*, 42(6), 1990, pp. 1-6. Para dois daqueles que insistiram a partir de diferentes perspectivas na importância de manter o termo imperialismo, ver Susan Strange, “Towards a Theory of Transnational Empire”, em E-O Czempiel e J. Rosenau, eds., *Global Changes and Theoretical Challenges*, Lexington Books, 1989; e Peter Gowan, “Neoliberal Theory and Practice for Eastern Europe”, *New Left Review*, 213, 1995.
- 7 Gareth Stedman Jones, “The Specificity of US Imperialism”, *New Left Review*, 60 (primeiras séries), 1970, p. 60.
- 8 Giovanni Arrighi, *The Geometry of Imperialism*, London: NLB, 1978, p. 17. O que em boa parte subjazia sob o desencantamento da esquerda com o conceito de imperialismo era o grau em que as palavras que abriram aquele ensaio infame de Kautsky em 1914 –esse que despertou a ira de Lênin– progressivamente tornaram-se verdade: “Antes de mais nada, devemos ser claros no que entendemos por imperialismo. Esta palavra se usa em todos os sentidos, mas quanto mais discutimos e falamos a seu respeito, a comunicação e entendimento da mesma se debilitam”. “Der Imperialismus”, *Die Neue Zeit*, Ano 32, XXXII/2 (11/09/1914) p. 908. Apenas a última parte deste famoso ensaio foi traduzida e publicada na *New Left Review* em 1970. Agradecemos a Sabine Neidhardt por nos fornecer uma tradução completa. Deve-se notar que Arrighi usa, em 1990, palavras quase idênticas: “O que ocorreu com o termo imperialismo é que para o tempo em que prosperou, início dos anos setenta, passou a significar tudo e, portanto, nada”. Ver “Hegemony and Social Change”, *Mersham International Studies Review*, 38, 1994, p. 365.
- 9 Bob Rowthorn, “Imperialism in the Seventies: Unity or Rivalry”, *New Left Review*, 69, 1971.
- 10 “Em anos recentes não há nenhum tema que tenha ocupado tanto a atenção dos especialistas em relações internacionais como o da de-

cadência da hegemonia americana. A erosão do poder econômico, político e militar dos EUA é inconfundível. Os recursos e capacidades historicamente sem precedentes para a diplomacia norte-americana no pós-guerra, e que conduziram a Henry Luce nos anos quarenta a predizer um ‘século americano’, deram lugar a uma não menos notável e rápida redistribuição da riqueza e do poder internacional. Em vista das teorias da ‘estabilidade hegemônica’, os especialistas têm debatido o nível da decadência hegemônica e suas conseqüências”. G. John Ikenberry, “Rethinking the Origins of American Hegemony”, *Political Science Quarterly*, 104(3), 1989, p. 375. Entre os poucos críticos desta perspectiva, ver Bruce Russett, “The Mysterious Case of Vanishing Hegemony. Or is Mark Twain Really Dead?”, *International Organization*, 39(2), 1985; Stephen Gill, “American Hegemony: Its limits and Prospects in the Reagan Era”, *Millenium*, 15(3), 1986; e Susan Strange, “The Persistent Myth of Lost Hegemony”, *International Organization*, 41(4), 1987.

- 11 Andrew Glyn e Bob Sutcliffe, “Global But Leaderless”, *Socialist Register 1992*, London: Merlin, 1992, p. 93.
- 12 Bruce Cummings “Global Realm with no Limit, Global Realm with no Name”, *Radical History Review*, 57, 1993, p. 47-8. Este número da revista se dedicou ao debate sobre “Imperialism: A Useful Category of Analysis?”.
- 13 Andrew L. Bacevich, *American Empire: The Realities and Consequences of US Diplomacy*, Cambridge, MA: Harvard University Press, 2002, pp. x, 3, 219.
- 14 Michael Hardt e Antonio Negri, *Empire*, Cambridge, MA: Harvard University Press, 2002, p. xiv, ênfase do original. Ver também nosso ensaio crítico, “Gems and Bubbles in Empire”, *Historical Materialism*, 10, 2002, pp. 17-43.
- 15 *The Great Transformation*, Beacon, Boston: 1957, p. 18.
- 16 Philip McMichael, “Revisiting the Question of the Transnational State: A Comment on William Robinson’s ‘Social Theory and Globalization’”, *Theory and Society*, 30, 2001, p. 202.
- 17 Um indício de quanto este erro fundamental continua infestando a esquerda pode se observar no fato de que inclusive aqueles que insistem hoje em que a antiga teoria do imperialismo não pode ser aplicada ao contexto contemporâneo do capitalismo global, aceitaram-na, no entanto, como teoria válida para entender o imperialismo anterior à Primeira Guerra Mundial. Isto pode ser encontrado mais recentemente no modo em que Hardt e Negri seguem Rosa Luxemburgo e Lênin para argumentar que o capitalismo por sua

própria natureza entra em contradição em sua tentativa de realizar a mais-valia: os trabalhadores recebem menos do que produzem (subconsumem), e, portanto, o capital deve buscar mercados fora de suas fronteiras. Dado que este é um problema em cada país capitalista, a “solução” requer um constante acesso a mercados em formações sociais *não capitalistas*. A ênfase em mercados não capitalistas se vê reforçada pela necessidade de conseguir matérias-primas para alimentar os trabalhadores e efetuar a produção em casa. Mas a realização bem-sucedida do excedente e a expansão da produção simplesmente recriam a contradição ou a crise de subconsumo com crise de superprodução. Isto força o capital “a ir para o estrangeiro” para encontrar mercados para seu excedente. Essa busca em conjunto de mercados estrangeiros, materiais e oportunidades de investimento envolve a extensão da soberania nacional para além de suas fronteiras –imperialismo– e ao mesmo tempo tende a trazer o mundo externo para “dentro” (ou seja, dentro do capitalismo). Daí que a crise de subconsumo/superprodução é simplesmente recriada em uma escala maior.

- 18 “Se o capitalismo pudesse elevar os níveis de qualidade de vida das massas, as que apesar do extraordinário progresso técnico estão por todos os lados mortas de fome e condenadas à pobreza, não poderia haver questionamento com relação a um excedente de capital... No entanto, se o capitalismo fizesse estas coisas não seria capitalismo; dado que o desenvolvimento desigual e um nível de existência das massas de semi-inanição são condições essenciais e inevitáveis e constituem as premissas deste modo de produção”. V. I. Lênin, *Imperialism: The Highest Stage of Capitalism*, em *Selected Works*, Vol. I, Moscou: Progress Publishers, 1970, p. 716.
- 19 *Ibid.*
- 20 Ver John Willoughby, *Capitalist Imperialism: Crisis and the State*, New York: Hardwood Academic Publishers, 1986, especialmente pp. 7-8; e, anteriormente postulado de maneira mais prudente, Harry Magdoff, *The Age of Imperialism*, New York: Monthly Review Press, 1969, especialmente p. 13.
- 21 Ver John Kautsky, “J. A. Schumpeter and Karl Kautsky: Parallel Theories of Imperialism”, *Midwest Journal of Political Science*, V(2), 1961, pp. 101-128; e Lênin, *Imperialism*, p. 715.
- 22 Ellen Meiksins Wood, *Empire of Capital*, London: Verso, 2003, p. 72.
- 23 John Gallagher e Ronald Robinson, “The Imperialism of Free Trade”, *The Economic History Review*, VI(1), 1953, p. 6. Os autores desafiaram explicitamente a visão de Lênin segundo a qual o fato de que a mu-

dança para governos responsáveis nas colônias que coincidiram com a era do livre mercado significou que a política de “livre competição” supôs “que a libertação das colônias e sua completa separação da Grã-Bretanha era inevitável e desejável”, na opinião dos principais políticos burgueses. Segundo os autores, isto refletia o erro convencional de que o livre comércio fazia do império algo “supérfluo”, o que transformou de maneira severa a significação das mudanças nas formas constitucionais. Como argumentaram Gallagher e Robinson: “Longe de ser um dispositivo separatista, o governo responsável era simplesmente uma mudança de métodos diretos para indiretos de manter os interesses britânicos. O fato de moderar os laços políticos formais no momento apropriado tornou possível confiar na dependência econômica e nos bons sentimentos mútuos para manter as colônias atadas à Grã-Bretanha ao mesmo tempo em que as continuava usando como agentes para futura expansão britânica”. *Ibid.*, p.2

- 24 *Ibid.*, p. 6-7.
- 25 Todas as citações de Karl Kautsky aqui são de John Kautsky, “J. A. Schumpeter and Karl Kautsky”, pp. 114-116, exceto aquela sobre seu reducionismo econômico onde usamos a fraseologia da tradução parcial do *New Left Review* de 1970 de “Der Imperialismus”, p. 46. Para a melhor exposição da concepção de Kautsky do “ultra-imperialismo”, ver Massimo Salvadori, *Karl Kautsky and the Socialist Revolution, 1880-1933*, London: NLB, 1979, pp. 169-203.
- 26 Estas são as palavras de um biógrafo de Dean Acheson, citado por William Appleman Williams, *Empire as a Way of Life*, New York: Oxford University Press, 1980, p. 185.
- 27 Perry Anderson, “Force and Consent”, *New Left Review*, 17, 2002, p. 24.
- 28 *Ibid.*, p. 25. Ver também Daniel Lazare, *The Frozen Republic*, New York: Harcourt Brace, 1996, que fracassa em distinguir as restrições internas e os entraves políticos domésticos que o antigo sistema elitista de freios e contrapesos produz e o extraordinário “poder [informal] de atração” imperial da constituição americana.
- 29 Citado em Williams, *Empire as a Way of Life*, p. 61. Naquele momento, Jefferson havia chegado a aceitar a perspectiva “expansionista” de Madison segundo a qual a liberdade republicana não era incompatível nem com um estado estendido nem com um governo federal forte. Resumindo a trajetória de Jefferson, DeVoto afirma “...logo após 1803, a frase ‘os Estados Unidos’ nos escritos de Jefferson, por mais geral e plural até o momento, começou a adquirir um sentido singular”. Bernard DeVoto, *The Course of Empire*, Lincoln: University of Nebraska Press, 1983 (1952), p. 403.

- 30 Ver Hardt e Negri, *Imperio*, capítulo 8.
- 31 Ver John F. Manley, “The Significance of Class in American History and Politics”, em L. C. Didd e C. Jilson, eds., *New Perspectives on American Politics*, Washington DC: Congressional Quarterly Press, 1994, especialmente pp. 16-19.
- 32 Citado em Williams, *Empire as a Way of Life*, p. 43.
- 33 *The Federalist Papers*, N° 11 (Hamilton), Clinton Rossier, ed., New York: Mentor, 1999, p. 59.
- 34 Ver Marc Engel, *A Mighty Empire: The Origins of the American Revolution*, Ithaca: Cornell University Press, 1988.
- 35 DeVoto, *The Course of Empire*, p. 275.
- 36 Ver Charles C. Bright e S. Harding, eds., “The State in the United States During the Nineteenth Century”, em C. Bright e S. Harding, *Statemaking and Social Movements*, Ann Arbor: University of Michigan Press, 1984.
- 37 Ver os dois primeiros capítulos de Gabriel Kolko, *Main Currents in Modern American History*, New York: Harper & Row, 1976; e Bright, “The State”, especialmente pp. 145-153.
- 38 Perry Anderson, “Force and Consent”, *New Left Review*, 17, 2002, p. 25.
- 39 S. S. Roberts, “An Indicator of Informal Empire: Patterns of US Navy Cruising Overseas Stations, 1869-1897”, Center for Naval Analysis, Alexandria, Virginia, n. d., citado em Williams, p. 122.
- 40 Stedman Jones, “The Specificity”, p. 63.
- 41 Ver Leo Panitch, “Class and Dependency in Canadian Political Economy”, *Studies in Political Economy*, 6, 1980, pp. 7-34; W. Clement, *Continental Corporate Power*, Toronto: McLelland & Stewart, 1977; e M. Wilkins, *The Emergence of Multinational Enterprise*, Cambridge, Mass: 1970. Jefferson havia justificado a Guerra de 1812 (movido pela preocupação de que os britânicos estavam apoiando a resistência indígena contra a expansão para o oeste) nos seguintes termos: “Se os britânicos não concedem nossas demandas tomaremos o Canadá, que quer entrar na União; e quando, junto do Canadá tivermos a Flórida, já não teremos problemas com nossos vizinhos; é a única maneira de evitá-los”. A passagem da expansão continental do império interno e a expansão por meio de um império informal externo, com o Canadá representando o modelo do imperialismo norte-americano bem-sucedido no século XX, foram assinalados, exatamente quase cem anos depois, quando o presidente Taft falou em termos de “maiores laços econômicos” que fariam do Canadá “somente um adjunto dos EUA”. Ver Williams, pp. 63-4, 132.
- 42 Citado em G. Achcar, *The Clash of Barbarisms*, New York: Monthly Review Press, 2002, p. 96.

- 43 Carta a Duncan Grant, Citada em Nicholas Fraser, “More than Economist”, *Harper’s Magazine*, Novembro, 2001, p. 80. O assunto em questão aqui era a negativa do estado norte-americano de perdoar as dívidas de guerra dos aliados, com todas as conseqüências que isto significava para a imposição de pagamentos consideráveis por reparações alemãs. Ver Michael Hudson, *Super Imperialism: The Economic Strategy of American Empire*, New York: Holt, Rinchart e Winston, 1971.
- 44 Ver Jeffrey Lustig, *Corporate Liberalism: The Origins of American Political Theory 1890-1920*, Berkeley: University of California Press, 1982; e Stephen Skowronek, *Building a New American State: The Expansion of National Administrative Capacities 1877-1920*, New York: Cambridge University Press, 1982.
- 45 Ver Kees van der Pijl, *The Making of an Atlantic Ruling Class*, London: Verso, 1984, p. 93.
- 46 Isto o vislumbraram Charles e Mary Beard, inclusive antes da Guerra, em sua análise da passagem do antigo “imperialismo isolacionista” para o novo “Internacionalismo Coletivo”, *America in Midpassage*, New York: Mcmillan, 1939, vol. I, capítulo X e vol. II, capítulo XVII.
- 47 Esta citação e as seguintes desta seção são todas de Brian Waddell, *The War against the New Deal: World War II and American Democracy*, De Kalb: Northern Illinois University Press: 2001, pp. 4-5. Ver também Rhonda Levine, *Class Struggles and the New Deal*, Lawrence: University Press of Kansas, 1988.
- 48 Brian Waddell, “Corporate Influence and World War II: Resolving the New Deal Political Stalemate”, *Journal of Political History*, 11(3), 1999, p. 2.
- 49 Geir Lundestad, “Empire by Invitation? The United States and Western Europe 1945-52”, *Journal of Peace Research*, 23(3), setembro de 1986; e ver também van del Pijl, *The Making*, capítulo 6.
- 50 Ver Gabriel Kolko, *The Politics of War: The World and United States Foreign Policy 1943-1945*, New York: Random House, 1968.
- 51 Ver Eric Helleiner, *States and the Reemergence of Global Finance*, Ithaca: Cornell, 1994.
- 52 Robert Skidelsky, *John Maynard Keynes: Fighting for Freedom, 1937-1946*, New York: Viking, 2001, pp. xxiii.
- 53 *The United States in a New World: I. Relations with Britain. A series of reports on potential courses for democratic action. Prepared under the auspices of the Editors of Fortune*, maio, 1942, pp. 9-10.
- 54 “An American Proposal”, *Fortune*, maio, 1942, pp. 59-63.
- 55 Todas as citações deste parágrafo são da palestra de Skidelsky, pp. 334, 348, 350-1, 355.

- 56 Estas são as mesmas palavras que usaram diretores do Bundesbank alemão numa entrevista que fizemos em outubro de 2002.
- 57 Martin Shaw, *Theory of the Global State*, Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2000.
- 58 Bacevich, *American Empire*, p. 4.
- 59 Peter Gowan, “The American Campaign for Global Sovereignty”, *Socialist Register 2003*, London: Merlin, 2003, p. 5.
- 60 Michael Barrant Brown, *The Economics of Imperialism*, Middlesex, UK: Penguin, 1974, pp. 208-9.
- 61 Ver Raymond Aron, *The Imperial Republic: The United States and the World 1945-1973*, Cambridge, MA: Winthrop, 1974, especialmente pp. 168 e 217; e Nicos Poulantzas, *Classes in Contemporary Capitalism*, London: NLB, 1974, especialmente pp. 39 e 57.
- 62 Alan S. Milward, *The European Rescue of the Nation-State*, London: Routledge, 2000.
- 63 Ver Robert Cox, *Production, Power and World Order*, New York: Columbia University Press, 1987, especialmente p. 254. Cf. Nicos Poulantzas, *Classes*, p. 73.
- 64 Discurso sobre a Política Econômica Externa, pronunciado na Universidade de Baylor, 06/03/1947, Public Papers of the Presidents, <<http://www.trumanlibrary.org/trumanpapers/pppus/1947/52.htm>> Sobre a preparação deste discurso, ver Gregory A. Fossendal, *Our Finest Hour: Will Clayton, the Marshall Plan, and the Triumph of Democracy*, Stanford: Hoover Press, 1993, pp. 213-5.
- 65 Citado em Williams, p. 189; e ver Gabriel Kolko, *Century of War*, New York: The New Press, 1994, p. 397.
- 66 As condições especiais do pós-guerra incluíam a aplicação de tecnologias desenvolvidas durante a guerra; alcançar o nível dos métodos e da tecnologia norte-americana (a brecha já se havia dilatado durante os anos trinta e foi obviamente acelerada ainda mais durante a guerra); demanda reprimida, investimentos subsidiados para reconstrução e o efeito produtivo de novas instalações – tudo isto permitiu enormes escalas de acumulação logo após a destruição de tanto valor durante os anos da Depressão e da guerra. Ver Mosses Abramowitz, “Catching up, Forging Ahead, and Falling Behind”, *Journal of Economic History*, 46(2) (06/1986) e também “Rapid Growth Potential and Realization: The experience of the Capitalist Economies in the Postwar Period”, em Edmund Malinvaud, ed., *Economic Growth and Resources*, London: McMillan, 1979. Também foi crucial o papel único que desempenhou no estado norte-americano ao abrir seu mer-

- cado fornecendo assistência financeira crítica e contribuindo para a economia e para a estabilidade política internacionais.
- 67 O colapso do padrão-ouro durante o entre-guerras havia demonstrado que a mobilidade do capital e as pressões democráticas vindas de baixo, que limitavam qualquer tipo de ajuste “automático”, eram incompatíveis com tipos de câmbio estável.
- 68 Sobre a relação entre o colapso do padrão-ouro, a mobilidade do capital e o desenvolvimento das pressões democráticas, ver Barru Eichengreen, *Globalizing Capital: A History of the International Monetary System*, Princeton: Princeton University Press, 1996, capítulos 2-3. Sobre os desenvolvimentos dentro do próprio setor financeiro americano nos anos setenta e seu impacto no estrangeiro, ver Michael Moran, *The Politics of Financial Services Revolution*, London: Macmillan, 1991.
- 69 Voltando àquele período, dois vice-presidentes do Citibank observam: “não é surpreendente que os economistas no final dos anos sessenta e início dos anos setenta estivessem tão seguros de que o colapso dos tipos de câmbio fixo debilitariam mais tarde os laços econômicos entre os países”. Ver H. Cleveland e R. Bhagavatula, “The Continuing World Economic Crisis”, *Foreign Affairs*, 59(3), 1981, p. 600. Ver também a observação de Louis Pauly segundo a qual nesse momento “a desorganização monetária internacional parecia capaz de trazer novamente o mundo dos anos trinta”. Louis B. Pauly, *Who Elected the Bankers?*, Ithaca: Cornell University Press, 1997, p. 100.
- 70 A “reprodução assistida do capitalismo monopolista norte-americano dentro das outras metrópoles... implica a reprodução ampliada das condições políticas e ideológicas necessárias dentro destas para o desenvolvimento do imperialismo norte-americano”. N. Poulantzas, 1974, p. 47.
- 71 “É a desarticulação e heterogeneidade da burguesia doméstica que explicam a débil resistência, limitada às iniciativas intermitentes, que os estados europeus impuseram aos capital norte-americano”, *Ibid.*, p. 75.
- 72 *Ibid.*, p. 87.
- 73 *Ibid.*, p. 81. Sobre a internacionalização do estado, ver também R. Cox, *Production, Power and World Order*, pp. 253-267.
- 74 Indistintamente, as políticas durante os anos setenta incluíam sobretaxa para as importações, tentativas de cooperação internacional em tipos de câmbio, salários e controle de preços, monetarismo e estímulos fiscais.
- 75 Um repórter do *New York Times* capturou a agressividade unilateralista em que se coloca a resposta estadunidense: “O que é completamente certo é que os EUA em um simples golpe dramático demonstraram

ao mundo o quanto ainda são poderosos... ao romperem o vínculo entre o dólar e o ouro e imporem um imposto às importações de 10%, a América do Norte demonstrou quem é Gulliver e quem são os Liliputianos... por “Liliputianos” entende-se não os nicaragüenses ou gabonenses, mas a Alemanha ocidental, o Japão, a Grã-Bretanha e as outras principais nações industriais”. Citado em H. L. Robinson, “The Downfall of the Dolar”, em *Socialist Register 1973*, London: Merlin Press, 1973, p. 417.

- 76 *Report of the President on US Competitiveness*, Washington: Office of Foreign Economic Research, US Department of Labour, setembro de 1980.
- 77 G. Duménil e D. Lévy, “The Contradictions of Neoliberalism”, em *Socialist Register 2002*, London: Merlin Press, 2002.
- 78 Nossas entrevistas com figuras industriais e financeiras chave, que incluem Richard Wagoner, Diretor Executivo da General Motors, em setembro de 2001, e Paul Volcker, ex-presidente da Reserva Federal, que também liderava as negociações com a Chrysler, em março de 2003, nos confirmaram esta visão. Ainda que a indústria automotiva tenha sido duramente castigada pelas altas taxas de juros, o dólar alto e a redução da demanda de consumo acompanhada pela liberalização financeira, os executivos industriais consideraram que esta direção era a única alternativa nos anos oitenta e noventa.
- 79 Esta expressão é do artigo do G. Albo e T. Fast, “Varieties of Neoliberalism”, apresentado na Conferência sobre a Convergência de Economias Capitalistas, Wake Forest, Carolina do Norte (27-29/09/2002).
- 80 Ver S. Gindin e L. Panitch, “Rethinking Crisis”, *Monthly Review* (11/2002).
- 81 Ver Stephen Gill, *Power and Resistance in the New World Order*, London: Palgrave-Macmillan, 2003, pp. 131 e seguintes, e pp. 174 e seguintes.
- 82 Ver Leo Panitch, “The New Imperial State”, *New Left Review*, 2, 2002.
- 83 Ver Leo Panitch, “‘The State in a Changing World’: Social-Democratizing Global Capitalism?”, *Monthly Review*, (10/1998).
- 84 Lênin, prefácio às edições francesa e alemã de *Imperialism*, p. 674.
- 85 Compare-se W. Ruigrok e R. Van Tulder, *The Logic of International Restructuring*, London: Routledge, 1995 (especialmente capítulos 6 e 7) com W. I. Robinson, “Beyond Nation-State Paradigms”, *Sociological Forum*, 13(4), 1998; e ver o debate sobre o artigo de Robinson, “Towards a Global Ruling Class?”, *Science and Sociology*, 64(1), 2000 em “Symposium”, 65(4) dessa revista, 2001-2.
- 86 Este argumento está muito mais desenvolvido em L. Panitch e S. Gindin, “Eurocapitalism and American Empire”, em *Studies in Political Economy*, outono de 2003.

- 87 John Grahl, “Globalized Finance: The Challenge to the Euro”, *New Left Review*, 8, 2001, p. 44. Ver também seu destacado artigo, “Notes on Financial Integration and European Society”, apresentado na Conferência sobre a Emergência de um Novo Euro-Capitalismo, Marburg (10/2002). Sobre a crescente adoção de práticas de administração norte-americanas na Europa, ver M. Carpenter e S. Jeffreys, *Management, Work and Welfare in Western Europe*, London: Edward Elgar, 2000.
- 88 Ver Peter Gowan, “Making Sense of NATO’s War in Yugoslavia”, *Socialist Register 2000*, London: Merlin Press, 2000.
- 89 W. A. Hay e H. Sicherman, “Europe’s Rapid Reaction Force: What, Why, and How?”, *Foreign Policy Research Institute* (02/ 2001).
- 90 *Economist* (27/05/2003).
- 91 Ver Dan Bousfield, “Export-Led Development and Imperialism: A Response to Burkett and Hart-Landsberg”, *Historical Materialism*, 11(1), 2003, pp. 147-160. O melhor contra-argumento sobre a “liderança de atrás” do Japão foi exposto em G. Arrighi e B. Silver, eds., *Chaos and Governance in the World System*, Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.
- 92 Ver Panitch, “The New Imperial State”.
- 93 Donald Sassoon, *One Hundred Years of Socialism*, London: I. B. Taurus, 1996, p. 207.
- 94 Poulantzas, *Classes*, pp. 86-7.
- 95 *Financial Times* (26/03/2003).
- 96 Nossas entrevistas no Bundesbank e no Tesouro do Reino Unido em outubro de 2002 confirmam-no. Embora frequentemente parecesse que há contato através do Atlântico entre estes burocratas e suas contrapartes nos EUA do que há entre os distintos departamentos dentro destas instituições.
- 97 *Classes in Contemporary Capitalism*, p. 87.
- 98 Ver Peter Gowan, “The American Campaign”, pp. 8-10.
- 99 “The United Nations after the Golf War: A Promise Betrayed”, Stephen Lewis entrevistado por Jim Wurst, *World Policy Journal*, verão de 1991, pp. 539-49.
- 100 A crescente influência adquirida pelos aparatos coercitivos, militares e de segurança logo após o 11 de setembro poderia ser observada no fato de que a primeira vitória da nova guerra foi ganha em casa, contra o Tesouro norte-americano. Isto implicou romper a antiga resistência deste último (para que não demonstrasse a contínua viabilidade dos controles de capital) em congelar contar bancárias supostamente conectadas a organizações terroristas (cujos mecanismos o estado norte-americano sempre conheceu muito bem, dado que estava envolvi-

do em facilitar a transferência de dinheiro a muitos de seus terroristas prediletos no passado).

- 101 Thomas P. M. Barnett, “The Pentagon’s New Map: It Explains Why We’re Going to War and Why We’ll Keep Going to War”, *Esquire* (03/2003), disponível no website da Escola da Armada de Guerra dos EUA
<<http://www.nwc.navy.mil/newrules/ThePentagonsNewMap.htm>>
- 102 Ver o informe sobre Pew Global Attitudes Survey no *Financial Times* (04/06/2003), que mostra que na França e na Alemanha, onde apenas 43% e 45% apresentam hoje uma “imagem favorável dos EUA”, 74% dos que responderam à pesquisa em cada país atribui o problema da América do Norte “majoritariamente a Bush” em oposição a somente 25% que o atribui aos “EUA em geral” ou a “ambos”. É interessante notar que, naqueles países capitalistas avançados onde a imagem dos EUA é mais positiva (no Canadá 63%, Reino Unido 70%) existe, no entanto, uma maior porcentagem que a França e Alemanha dos que crêem que “o problema com a América do Norte” deve-se aos “EUA em geral” ou a “ambos” (32%) e não “majoritariamente a Bush” (60%). Enquanto países como Indonésia e Turquia, onde a imagem favorável dos EUA caiu hoje de 75% e 53% respectivamente a apenas 15% em ambos os países, vale a pena ressaltar que enquanto 45% dos turcos atribuem o problema aos “EUA em geral” ou a “ambos”, apenas 27% dos indonésios o vêem assim, em contraste com os 69% que vêem o problema como “majoritariamente Bush”.